

**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MARIA LUIZA CAMPOS PEDROSA

**REFLEXOS DO COMUNISMO NA REALIDADE CUBANA APÓS O BLOQUEIO
ECONÔMICO**

Recife - PE

2017

MARIA LUIZA CAMPOS PEDROSA

**REFLEXOS DO COMUNISMO NA REALIDADE CUBANA APÓS O
BLOQUEIO ECONÔMICO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Faculdade Damas da Instrução Cristã como parte das exigências para a obtenção do título de Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Fábio Oliveira

Recife – PE

2017

Ficha catalográfica

Elaborada pela biblioteca da Faculdade Damas da Instrução Cristã

P372r Pedrosa, Maria Luiza Campos.
Reflexos do comunismo na realidade cubana após o bloqueio econômico / Maria Luiza Campos Pedrosa. – Recife, 2017.
60 f.

Orientador: Prof. Fábio Oliveira.
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2017.
Inclui bibliografia

1. Relações internacionais. 2. Cuba. 3. Bloqueio econômico 4. EUA. I. Oliveira, Fábio. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

CDU 327

MARIA LUIZA CAMPOS PEDROSA

**REFLEXOS DO COMUNISMO NA REALIDADE CUBANA APÓS O
BLOQUEIO ECONÔMICO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Faculdade Damas da Instrução Cristã como
parte das exigências para a obtenção do título
de Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Fábio Oliveira

Recife, 19 de junho de 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Fábio Oliveira

Prof. Pedro Soares

Prof. Deborah Werner

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais por todo apoio e incentivo aos meus estudos, sei que sem eles e sem esse apoio a minha jornada seria mais difícil. Agradeço também a todos os meus colegas de faculdade, todos, de maneira geral, contribuíram para o sucesso da graduação, cada um sabe o quanto foi especial para mim nessa trajetória.

Gostaria de agradecer aos meus amigos, por todo auxílio dado ao longo desse período, e em particular para minha melhor amiga Fernanda, que me ajudou do início ao fim em todas as dificuldades que passei. Por fim, mas não menos importante, quero agradecer a todos os professores por toda ajuda e contribuição na minha formação acadêmica, em especial, ao meu orientador Fabio Oliveira por ter aceitado o desafio em me auxiliar nesse trabalho de monografia, mesmo tendo conhecido apenas no último ano de graduação tive o prazer e a honra de conhecê-lo e de poder compartilhar esse estudo ao lado de um grande professor.

Os homens passam, os povos ficam; os homens passam, as ideias ficam.

Fidel Castro

RESUMO

Os interesses em avaliar as políticas governamentais de Cuba, e seus impactos presumido sobre as economias, é intensificado pelo perfil revolucionário socialista adotado por esse país, apresentando uma forma de governo singular no continente americano. O desempenho econômico de Cuba sob o novo regime econômico, político e social após o bloqueio econômico instalado pelos EUA, instiga um debate nas Relações Internacionais em vários cenários. Este trabalho pretende aprofundar as realidades trazidas ao longo dos anos, examinando os reflexos, suas dificuldades e estratégias, que impactaram na consolidação desse regime em pleno século XXI.

Palavras chave: Cuba, bloqueio econômico, Relações Internacionais, EUA, reflexos.

ABSTRACT

The interest in evaluating Cuba's government policies and its presumed impacts on economies is heightened by the socialist revolutionary profile adopted by that country, presenting a unique form of government on the American continent. Cuba's economic performance under the new economic, political and social regime after the US imposed economic blockade instigates a debate in International Relations in various scenarios. This work seeks to deepen the realities brought over the years, examining the reflections, their difficulties and strategies, impacting on the consolidation of this regime in full in the twenty-first century.

Keywords: Cuba, economic blockade, International Relations, EUA, reflections.

Lista de Siglas:

URSS – União Soviética

EUA – Estados Unidos da América

PCC – Partido Comunista de Cuba

FAR – Forças Armadas Nacionais Cubanas

OEA – Organização dos Estados Americanos

FMI – Fundo Monetário Internacional

ORI – Organizações Revolucionárias Integradas

PURS – União da Revolução Socialista

CIA – Centro de Inteligência Americana

PIB – Produto Interno Bruto

JUCEPLAN – Junta Central de Planificacion

NAPP – Assembleia Nacional de Poder Popular

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. CUBA COMO UMA ECONOMIA “PERIFÉRICA”	14
2.1 Contexto histórico.....	14
2.2 Análise pós Segunda Guerra Mundial.....	20
2.3 Fidel Castro: A estratégia Política.....	24
3. A TRANSIÇÃO	27
3.1 A agitada década de 60.....	27
3.2 Os novos ajustes no plano político institucional.....	33
3.3 Análise administrativas.....	34
3.4 A substituição.....	41
4. A REALIDADE CUBANA	43
4.1 A administração da Cuba atual.....	43
4.2 Cuba e EUA – Uma desavença interminável?.....	51
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

INTRODUÇÃO

O turbulento período da guerra fria não marcou apenas o comportamento dos Estados Unidos da América e da URSS, mas em especial um país caribenho, Cuba. Essa mesma época foi marcada por uma fase revolucionária no campo social e político para a República de Cuba, onde um grupo de guerrilheiros liderado por Fidel Castro lutavam contra o governo cubano, em meados de 1956, pelo fim da desigualdade.

O ideal guerrilheiro estava pouco a pouco conquistando a simpatia popular, com isso, fortalecia e enaltecia o nacionalismo cubano. Após a tomada do poder, essa mesma revolução acaba tomando rumos de caráter socialista, desde então, os conflitos entre o novo governo cubano e os interesses norte-americanos começaram a crescer. Tendo em mente o quadro de bipolaridade vigente no pós-guerra, onde a política externa norte-americana voltava-se, segundo Pecequillo (2003), para a estratégia de contenção, ou seja, tinha como principal objetivo impedir a expansão da URSS e sua ideologia, o comunismo.

Torna-se uma fase eminente no processo de transformação do sistema político, social e econômico em Cuba, onde esse sistema estabelecido advoga pela supressão da propriedade privada, estabelece a comunidade dos bens e confere ao Estado o controle e a distribuição destes, que impactou profundamente a vida dos cubanos. Após alguns anos é possível identificar melhorias no campo social, como a eliminação do analfabetismo, a redução do desemprego, a implementação de um sistema de saúde pública universal.

Já no campo político, Cuba apresenta-se com um sistema ditatorial, havendo um fracasso no campo das liberdades individuais, grupos homossexuais, religiosos, entre outros, foram mandados para campos de trabalhos forçados, submetidos a "re-educação" segundo o que o Estado considera correto. Houve também um fracasso no campo econômico, o governo de Castro sofreu deficiências com o embargo imposto pelos Estados Unidos, que utilizaram sua influência política para impedir que países e empresas mantenham negócios com Cuba. O país caribenho não visou na busca por uma diversificação na agricultura e em estímulos para a industrialização, a economia continuava decaída e atrasada por ainda depender da exportação de açúcar e de fumo, ou seja, existia uma correlação de "dependência" na obtenção dos recursos do exterior.

Outras realidades também foram introduzidas nessa reconfiguração cubana, a população sofre consequências diante o afastamento com a globalização, porém até que ponto essa globalização influencia para uma melhor qualidade de vida? Este trabalho procura expor e analisar o processo de transformação que o ideal comunista inseriu em Cuba após o bloqueio econômico, sendo abordados suas expectativas e realidades.

A sociedade atual é um reflexo de ideais, de movimentos sociais, e de doutrinas que são estabelecidas de acordo com o desenvolvimento humano em prol a uma causa. A busca para uma sociedade melhor onde agrade a todos é uma busca ideológica mutável, ou seja, está sempre em movimento, está em um aprimoramento por gerarem consequências e por se apresentarem em realidades diferentes ao longo do tempo.

A análise do ideal comunista foi motivado por apresentar características radicais do que é convencional. Apresenta uma ideologia política e socioeconômica que objetiva o estabelecimento de uma sociedade mais igualitária, sem classes sociais e apátrida. O comunismo é uma doutrina destinada à igualdade compulsiva da maioria. A exploração e abusos cometidos pelo capitalismo e liberalismo econômico provocaram movimentos onde a ideologia comunista acabou se fortalecendo.

Esse ideal revolucionário, que visava o fim da desigualdade que Cuba enfrentava, acabou formando simpatizantes à causa, e ganhou força decorrente da presença do forte capitalismo utilizado por seu vizinho, os Estados Unidos, que se utilizava dessa prática de uma política externa expansionista e intervencionista onde sufocava o sistema sociopolítico cubano. Dessa maneira, a aversão ao capitalismo tornou-se um dos pilares para que o revolucionário Fidel findasse a “submissão” de Cuba aos interesses do governo norte-americano.

O foco para o estudo do comunismo na realidade cubana é estimulado por ser um caso bastante singular em uma atmosfera que se torna referência presente aos países da América. As relações entre Cuba e os EUA foram rompidas motivadas por uma série de mudanças político-econômicas ocorridas em Cuba entre 1960 e 1961, o que acaba resultando em uma aproximação dos grupos políticos liderados por Fidel Castro com a União Soviética.

Com o estreitamento das relações de Cuba com a URSS em plena Guerra Fria acabou gerando um momento crítico na relação contemporânea entre Cuba e o governo norte-americano. Após a instalação de mísseis pelos soviéticos em Cuba, os EUA em posição de alerta, embasou seus argumentos por um possível conflito, o alinhamento de Cuba perante a União Soviética acaba justificando inúmeras atitudes, como a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA) e ao longo do tempo o governo norte americano acabou criando obstáculos cada vez mais para o bloqueio econômico.

Cuba a partir de então acaba sofrendo um distanciamento diante dos demais países americanos, já que os Estados Unidos da América direciona sua política externa para “combater” qualquer tipo de influência que o ideal comunista possa se expandir e detinha de um poderio sob as políticas dos demais países da região. Porém, o que repercutiu o comunismo na atualidade em Cuba? Esse ideal se cumpriu?

As expectativas esperadas pela implantação do comunismo se mostram mais distantes do que eram planejadas, e serão analisadas ao longo deste trabalho. Iniciamos a abordagem criando um embasamento referente ao contexto histórico da época, examinando tanto o início das relações entre os EUA e Cuba, quanto após as tensões trazidas pela segunda guerra mundial, abordando previamente, também, o início das inspirações políticas do líder Fidel Castro. Já no segundo capítulo a análise segue um rumo mais político-econômico, discorrendo sobre a administração cubana ao longo das décadas, enaltecendo as constantes oscilações no plano econômico e suas adaptações para a sobrevivência do regime. Finalizamos com o terceiro capítulo tratando do que se passa hoje em Cuba, uma análise geral do que se aborda ao longo do trabalho e dos reflexos que a ideologia comunista produziu na realidade cubana.

A pesquisa tem como principal objetivo examinar os reflexos da doutrina econômica e sociopolítica no modelo do comunismo em Cuba após o bloqueio econômico. Reconhecendo assim, suas expectativas e talvez seus limites gerados e desenvolvidos por esse ideal, compreendendo como o processo de doutrinação moldou a sociedade cubana atual.

Popularmente acredita-se que a doutrina comunista permanece até hoje em Cuba por ter sido um ideologia adotada pelos líderes Che Guevara e Fidel Castro. O país dificulta o contato de seus habitantes com o mundo capitalista e por isso se mantém atrasado em diversas situações sociais e econômicas. Cuba acaba assumindo uma personalidade de conformismo com sua posição atual. É importante abordar o dilema dessa sociedade que acabou se acomodando em um estilo tão diferente ao que é “comum”, mas o que seria o comum?

Talvez é nesse aspecto que entra a questão da legitimidade desse regime, havendo com isso, um outro modo e uma outra concepção de sociedade. Os choques de realidades causam bastante críticas ao que ocorre em Cuba, as restrições feitas pelo governo cubano limita não só o desenvolvimento econômico, mas também a liberdade de expressão. Visando explorar e organizar noções da realidade cubana, é necessário uma análise histórica das ideologias incorporadas no eventual processo de construção política em Cuba. A fim de compreender o fenômeno do comunismo e suas consequências em um território tão próximo à potência capitalista atual, é fundamental a análise de vulnerabilidades associadas ao contexto do que um bloqueio impacta na sobrevivência de um governo contrário ao hegemônico atual. Precisamos estudar as deficiências desse sistema e o que ele vem trazendo de positivo para um dos melhores Índices de Desenvolvimento Humano da América.

Nesse sentido, as condições de análises relacionadas ao meio das relações internacionais são voltadas ao que examinamos no elo entre a política externa do governo cubano com o governo dos Estados Unidos ao longo do regime. Realiza-se com este projeto uma pesquisa qualitativa. Isto porque a pesquisa busca compreender e interpretar as

experiências de forma descritiva, estudando as informações narradas de uma forma mais organizada, mas intuitiva. Esta opção se justifica porque o método escolhido permite visar uma compreensão de forma mais totalitária dos reflexos que a ideologia comunista acabou refletindo na realidade cubana.

Enquanto procedimento, este trabalho é realizado por meio de uma observação indireta, porque a análise enfatiza a coleta de informações para a descrição e avaliação de ações já ocorridas no campo político e econômico de Cuba. A pesquisa utiliza-se de dados bibliográficos com uma proposta de abordagem realista, valorizando conceitos ideológicos, os objetivos e influências que geraram naquele determinado período em solo americano. Os autores selecionados para base da pesquisa, retratam uma exploração mais histórica para o desenrolar da questão levantada como foco do projeto.

Estas ferramentas permitiram um estudo aprofundado na revolução cubana e no contexto histórico que o mundo passava, onde tornaram-se pilares para o crescimento do ideal comunista abordado nos reflexos do cenário atual de Cuba. Também são retratados os interesses norte americanos como uma potência não apenas regional mas também mundial e uma abordagem de certa forma distinta utilizando Cuba como um mecanismo para a compreensão na prática da política imperialista por parte do governo dos EUA.

O material documentado, bem como, as respectivas análises serão organizadas em relatório de pesquisa componente do estudo monográfico que se pretende construir. Cuba, uma ilha caribenha que chama atenção por ter uma população ardentemente calorosa e guerreira, também é palco de choques ideológicos, e o desvendar dessas raízes intelectuais cativam a busca da compreensão desse cenário tão picante.

2 - Cuba como uma economia “periférica”

2.1 Contexto histórico

A análise das condições sociais que levaram a introdução do comunismo em Cuba necessita de uma percepção histórica, permitindo o estudo das relações e influências que o país caribenho recebe tanto dos Estados Unidos quanto da União Soviética. Para a construção desse campo de observação é importante compreender a forte ligação norte-americana antes da revolução socialista cubana, tendo em mente que o Estado nacional cubano nasce sob regime da ocupação de tropas norte-americanas em “defesa” ao povo cubano para o fim da dominação espanhola na ilha.

As ilhas do Caribe representavam a dominação espanhola na América, onde a grande marca da colonização era a de exploração, ou seja, pretendiam sugar os recursos naturais e cultivar produtos tropicais que estavam gerando lucro na época (cana-de-açúcar, café, entre outros). Os espanhóis, motivados em obter lucro, implantaram nas grandes ilhas uma economia baseada na pecuária extensiva, e posteriormente, uma colonização de povoamento nas ilhas menores para que houvesse a formação de uma população branca que se identificasse com o colonizador e que criasse pequenos grupos na defensiva de possíveis invasões britânicas ou francesas.

A expansão da produção açucareira em Cuba se inicia e se desenvolve ainda no período colonial. Era visado que as grandes exportações estariam protegidas não apenas pelo mercado europeu, mas também pelos EUA. De certo modo, houve um rápido desenvolvimento econômico e alguma transformação social decorrente da integração crescente com o mercado norte-americano. Nesse período o poderoso vizinho já apresentava uma significativa expansão de mercado e mostrava-se privilegiado pela questão da facilidade de proximidade geográfica.

Esse mercado acabou acarretando no surgimento de vínculos comerciais entre Cuba e os Estados Unidos, o que foi sendo fortalecido pelas lutas contra a dominação espanhola. Segundo Moniz Bandeira (2008), o foco do que os Estados Unidos almejavam eram mais que o lucro da exportação dos produtos produzidos em Cuba, mas sim relacionados à questões estratégicas. Visto que, com a posse da Ilha possibilitou-se que houvesse a segurança das rotas

no Golfo do México e a defesa do canal que o governo norte-americano pretendia abrir no Panamá.

Entretanto, atendendo o contexto histórico do que estava ocorrendo nos EUA seria a prática da política do *Big Stick*, onde se faz referência à política externa dos Estados Unidos sob a presidência de Theodore Roosevelt (1901-1909). Mas é necessário levar em consideração as raízes dessa intervenção norte-americana que mostra-se anterior ao governo de Roosevelt, tendo em mente que a política do *Big Stick* foi uma continuação de uma outra política, a Doutrina Monroe, que entra em vigor no governo de James Monroe (1817-1825).

A ideia de Monroe era espalhar por todo o continente americano o isolacionismo de George Washington, em que os EUA já se encontravam. A América deveria ser um território livre das disputas e influências da Europa, esse pronunciamento veio no mesmo período em que começavam a discutir a recolonização da América pelas potências européias com a formação da Santa Aliança. Na época esse pronunciamento foi muito bem visto na América Latina, pois consideravam como um importante apoio político para os novos países independentes da América do Sul. Já na Europa houve uma reação de não muita importância, pois os Estados Unidos não era uma potência militar nem uma potência econômica, ou seja, pouco poderia fazer para evitar as eventuais intervenções europeias nas Américas.

A Doutrina Monroe ampliou a preservação da segurança interna para todo o continente americano. O império britânico se tornaria o principal parceiro dos EUA nesse contexto, para a Inglaterra a Doutrina Monroe seria uma forma regional de garantir a *Pax Britannica*, ou seja, o império britânico garantia a neutralidade dos mares com a marinha real e impediria, ou pelo menos diminuiria, a influência da possibilidade de intervenção das metrópoles européias na América Latina. Garantindo esses novos países independentes livres dessa influência, porém, suscetíveis de uma influência da própria Inglaterra.

Foi visado assim, a crescente ampliação do poderio norte-americano em de certa forma se livrar do imperialismo de Estados europeus que estavam presentes na região, e que, decorrente disso, houve uma maior integração com os países latino-americanos, que se “espelhavam” no governo dos EUA se adequando ao estilo de vida norte-americano. A Doutrina Monroe desenvolveu a ideia de uma “América para os americanos” tendo os Estados Unidos como o país que visava garantir essa posição, defendendo os países da América na promoção de sua independência.

Nesse cenário, esse pensamento expressava a crença de que o governo norte-americano iriam defender o continente americano (o Novo Mundo), porque eles haviam sido eleitos por Deus para comandar o mundo, e que sua missão divina seria ajudar a civilizar

regiões que não tiveram a mesma sorte que a sua. Com isso, a expansão dos Estados Unidos ganhou um maior impulso na América Latina, principalmente, levantado por Bandeira (2008), depois da consolidação de seu Estado moderno e de seu desenvolvimento econômico com o fim da Guerra de Secessão.

A Guerra Hispano-americana (1898), resultou na emancipação de Cuba e de outros países caribenhos, representou a legitimação dessa política externa expansionista norte-americana. Dessa forma, surge a tutela do governo norte-americano enaltecendo sua influência na região antilhana e facilitando a penetração de seus interesses na ilha. Tanto em Cuba como no restante da América Latina, o *Big Stick*, perfil adotado no governo de Theodore Roosevelt, foi uma política de relações internacionais dos EUA, em que visava manter uma relação com os países vizinhos e com as outras potências, de muita cordialidade e um maior laço especialmente no âmbito econômico. Ainda objetivava conservar um grande poderio militar e ostentar esse poderio militar com o intuito de garantir esses seus interesses econômicos, um grande exemplo disso foi a construção do canal do Panamá.

Como já discutido anteriormente sobre a Doutrina Monroe, a política do *Big Stick* foi uma política dentro dessa doutrina, ou seja, além de garantir que a América seria para os americanos os EUA garantiria-se como potência em todo o continente. Além do canal do Panamá como exemplo, temos a intervenção dos Estados Unidos na Nicarágua e principalmente em Cuba, que sempre foi uma região de muito conflito desde a Guerra Hispano-Americana, que decretou a “independência” do país caribenho. Segundo Moniz Bandeira, “os Estados Unidos, ao assumirem o domínio sobre o espólio colonial da Espanha, revelaram o caráter imperialista de sua política, que se equiparou a de outras potências da Europa, àquela época, e assustou os povos da América Latina” (BANDEIRA, 2008, p.34).

Através da garantia do direito de intervir na política interna e externa das repúblicas caribenhas e centro-americanas decorrente do poderio militar, os Estados Unidos sustentaram as pressões sobre o governo cubano. No período Roosevelt foi decretada a aprovação da Emenda Platt, que determinava alguns laços entre Cuba e EUA, o que cavava e ampliava a autonomia do governo norte-americano, sem que se deixe escapar, com o fortalecimento dessa política, os Estados Unidos adquiriam privilégios econômicos sobre a ilha, e para a manutenção de suas ordens, foram instaladas de bases militares.

Analisado por Ayerbe (2004), esse envolvimento do governo norte-americano nos processos de independência dos países vizinhos acarretou na formação da própria dependência desses mesmos países ao Estados Unidos, que já se formara a partir daí como uma potência regional. Decorrente disso, para Cuba a tão almejada liberdade do início do seu movimento de independência já não significava mais a mesma, onde na época até sua

soberania política era violada pelo governo norte-americano. E mais, para o autor “a desilusão com o desfecho, será fator essencial na formação de uma singular consciência nacionalista, que passa a reivindicar uma terceira guerra emancipatória, desta vez contra os Estados Unidos” (AYERBE, 2004, p. 25-6).

A política expansionista dos EUA promoveu a redução de tarifas para o açúcar cubano, através do Tratado Comercial de Reciprocidade, o que gerava, como já abordado, uma situação privilegiada para os produtos norte-americanos no mercado da ilha. Segundo Furtado (1976, p. 433), “os produtos estadunidenses tinham os seus preços formados no mercado dos Estados Unidos e em média não flutuavam mais que o nível de preços de atacado nesse país”.

A sociedade cubana mostrava-se desestimulada com a realidade política ao passar dos anos, já que Cuba caminhava a ser um “fantoche” político cada vez mais submisso aos interesses do governo imperialista norte-americano e de suas grandes empresas. No âmbito de corrupção e intervenções militares, existia um clima de descontentamento nas camadas populares, o que acabou gerando o surgimento de grupos revolucionários que buscavam o fim dessa forte intervenção política por parte dos EUA.

Com a dependência de recursos estrangeiros, ao chegar na crise de 1929, Cuba mostrava-se totalmente vulnerável em mecanismos de defesa no sistema econômico nacional. Refém das medidas protecionistas, anunciadas nos EUA, em relação ao seu principal produto de exportação responsável por contribuir em 30% do seu produto interno, o açúcar, desencadeia alto índice de desemprego e paralisia de grande parte das atividades econômicas do país.

A crise de 29 tomou conta do capitalismo mundial, afetando todos os países que tinham alguma relação econômica com os Estados Unidos. Torna-se uma crise de “superprodução”, uma queda no consumo, ou seja, o mercado não tinha capacidade de absorção dos bens pois o mercado europeu recupera-se pós primeira guerra e a produção nos EUA continua mantendo-se alta. O estado de bem-estar social nasce com o impacto da Grande Depressão, onde acabou estimulando uma necessidade popular de intervencionismo estatal na economia.

Ao mesmo tempo, torna-se uma crise no pensamento liberal já que para os pensadores da época o livre mercado levou à crise de 29. O *New Deal* foi uma série de projetos federais implantados nos EUA para recuperar o país, intensificando a prática da intervenção e do planejamento estatal da economia. Nesse período, Cuba mantinha o sistema bancário controlado pelo exterior, não dispondo de um sistema monetário autônomo. Era expressivo a influência dos interesses estrangeiros no país, onde de certa forma procurou uma maior

ampliação na integração com o mercado norte-americano como uma fuga nas reduções drásticas dos preços do açúcar e da quantidade exportada.

Devido as medidas protecionistas dos Estados Unidos durante a crise, foram reivindicados uma “cota” pelo governo cubano ao governo norte-americano para a garantia de mercado, e com a extensão dos benefícios da política do *New Deal*, houve um aumento na lista de produtos beneficiados, favorecendo os exportadores norte-americanos. Com isso o Estado cubano mostrava uma economia mais dependente e menos viável.

Colistete (2001) defende que o subdesenvolvimento dos países da América Latina é analisado por um dos representantes da corrente estruturalista nos estudos do desenvolvimento econômico e da economia política internacional, Raúl Prebisch. Prebisch afirma que o desenvolvimento não ocorre apenas de uma maior eficiência nos fatores produtivos, de um maior aperfeiçoamento tecnológico, mas do bem-estar das massas. O desenvolvimento iria ocorrer através da transformação das estruturas sociais, também debatido por Furtado.

Campos (2013, p. 57-58) levanta a questão de que para os teóricos do estruturalismo,

O desenvolvimento está ligado a um direcionamento social, divergindo da ideia liberal, onde a especialização dos fatores de produção ocorrem primeiro para que o desenvolvimento aumente relativamente a renda e bem-estar dos nacionais dos países que realizam o comércio internacional. Para o estruturalismo o desenvolvimento econômico apenas ocorre através da satisfação das massas, portanto, não é um causador do bem-estar da população, não depende de uma consequência de bons resultados econômicos.

A teoria cepalina busca uma nova base para o problema do desenvolvimento nos países pobres, já que defende a ideia de que o liberalismo tende a deixar as economias nacionais mais vulneráveis ao mercado internacional, com isso, não solucionando o problema do subdesenvolvimento. De acordo com Campos (2013), o desenvolvimento ocorreria através do fechamento da economia nacional para outros países, cada país deveria suprir suas necessidades de consumo de forma autônoma, substituiriam as importações seguindo uma lógica protecionista de mercado. Decorrente desse isolamento, os países se desenvolveriam de forma mais independente.

As empresas multinacionais apresentam um papel importante na teoria estruturalista. Essas empresas exercem influência política mais do que muitos Estados, o que se tornam um mecanismo utilizado pelas potências hegemônicas para a concentração e obtenção de mais poder econômico e político. Para Campos (2013) os estruturalistas defendem a ideia que,

A implantação das empresas multinacionais nos países subdesenvolvidos não é benéfica, já que essas mesmas empresas remetem os lucros para suas matrizes prejudicando as empresas nacionais, por também apresentar um melhor desenvolvimento tecnológico e, com tudo, a autonomia dos países. As empresas multinacionais, para os liberais, são fonte de capital e de tecnologia necessárias para o desenvolvimento econômico. O investimento estrangeiro direto acarretado pelas multinacionais promove externalidades positivas à economia nacional, como o treinamento da força de trabalho e transferência de tecnologia.

Ou seja, de certa maneira um “intercâmbio” de conhecimentos. Ainda leva-se em conta que os “teóricos da corrente estruturalista afirmam que a América Latina estaria estagnada economicamente, decorrente de que seus produtos primários têm preços decrescentes, pois não necessitam de muita tecnologia, somente de mão de obra intensiva” (CAMPOS, 2013, p.59).

Segundo Campos (2013, p. 60),

A desigualdade de renda entre as economias do Norte e Sul fizeram com que teorias apresentassem o Sul como impedido de se desenvolver enquanto continuasse a realizar trocas comerciais não vantajosas com os países desenvolvidos. A chave para o desenvolvimento seria a autonomia tecnológica, e não a interdependência econômica, vista de forma positiva pelos liberais. Importante mencionar que, ao se contrapor à teoria das vantagens comparativas, muitos teóricos do estruturalismo envolviam outras variáveis para explicar suas teorias, como Celso Furtado, por exemplo, que afirmava que a relação de dependência estaria relacionada com as classes dominantes locais e internacionais.

Nesse período o açúcar já era o principal produto comercial de Cuba, visto que os EUA praticava forte intervenção na economia cubana, controlando principalmente o elo em relações com o exterior. O que levava Cuba a um cenário de grave crise, ao longo da segunda guerra.

2.2 Análise pós Segunda Guerra Mundial

A estagnação do setor açucareiro e do setor exportador permaneceu estacionário entre 1920 a 1950. Visando evitar que as flutuações da safra refletissem nos preços do mercado mundial e reduzir o impacto das mesmas na economia nacional, foi criado o Banco Nacional de Cuba, que passava a interferir diretamente na comercialização do açúcar. O aumento da dívida pública para financiar os investimentos do setor privado levou ao recuo por parte do governo cubano para reconstituir suas reservas de câmbio.

Após a segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos acaba se firmando como potência capitalista no cenário internacional, e esse modelo de grande economia capitalista acontece em decorrência da criação de duas instituições e uma conferência. Em 1944 ocorre a conferência de Bretton Woods, propondo que no lugar do ouro o dólar seja o grande representante das trocas econômicas mundiais. Junto com a conferência de Bretton Woods vai ser criado um organismo, o Banco Internacional, que passa a financiar projetos para a reconstrução da Europa e depois projetos de desenvolvimentos para países “pobres” do mundo capitalista. Também é criado o FMI, Fundo Monetário Internacional, que visava fornecer empréstimos para países parceiros dos EUA durante a Guerra Fria.

O método de contenção, um princípio da política externa norte-americana, foi utilizada com o intuito de impedir o avanço da URSS por meio de pressões e ações políticas, ajudando e garantindo a independência e a liberdade dos regimes e povos que não desejassem ser inseridos no contexto soviético. De acordo com Pecequilo (2003, p. 150),

O discurso de defesa da liberdade e dos povos livres respondia as necessidades do experimento norte-americano e de suas justificativas ideológicas, assim como a liderança global era uma expressão do unilateralismo, naquele momento uma estratégia internacionalista, combinada com os arranjos multilaterais. Ao mesmo tempo, a contenção era uma estratégia de poder que permitia aos Estados Unidos perseguir seus interesses de forma pragmática e sem fronteiras.

Em 1947, dois anos após o fim da segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos em comum acordo com alguns Estados europeus lançaram um programa de apoio à reconstrução dos países europeus devastados pela guerra. Esse apoio econômico acabou por tornar mais evidente o conflito ideológico que opunha países capitalistas e socialistas, que ficou conhecido como Guerra Fria. A União Soviética, embora tivesse sofrido grandes prejuízos

com a segunda Guerra Mundial, não só recusou qualquer ajuda norte-americana como também vetou aos seus aliados a possibilidade de aceitar apoio financeiro dos EUA.

Durante os quatro anos em que vigorou esse acordo, os Estados Unidos investiram em assistência técnica e econômica para reerguer os países europeus integrados na Organização Européia para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, Comunidade Europeia. Assim, o Plano Marshall acabou por se tornar a primeira iniciativa moderna de integração da economia européia. Para Pecequilo (2003, p. 151),

Tanto o lançamento do Plano Marshall como a instauração da OTAN devem ser vistos como representantes do abandono das concepções isolacionistas tradicionais da política externa norte-americana, estabelecendo um elo direto de ligação entre os Estados Unidos e seus aliados europeus, investindo em parcerias de fato.

Examinando as origens e o desenvolvimento da evolução das relações internacionais norte-americanas no período pós segunda guerra, considera-se que o perfil da ordem hegemônica dos EUA dependia especialmente do caráter interno da sociedade, propagando a democracia e a liberdade. A URSS era a segunda grande potência que estava em ascensão após o declínio europeu, essa posição acabava implicando diretamente na preservação das relações internacionais norte-americanas, e por volta de 1946 é classificado pela política externa norte-americana como ano-chave da gradativa separação entre essas duas grandes potências, a bipolarização, sinalizando como início da Guerra Fria.

O avanço feroz da influência soviética em áreas como Oriente Médio, além da consolidação do poder na Europa Oriental, fortificava a imagem que a URSS continuava sendo um poder expansionista agressivo, o que de certa forma ameaçava os Estados Unidos a propagar e defender uma visão de mundo diferente, proporcionando a expansão do comunismo. Segundo Pecequilo (2003, p. 139), "a ideologia comunista tornava-se um risco não apenas para a sobrevivência dos Estados Unidos, mas para todas as nações e povos que compartilhavam os mesmos valores de democracia e liberdade".

As prioridades e os princípios da política externa norte-americana durante a Guerra Fria estavam voltadas para a contenção da expansão da União Soviética e de sua ideologia, o comunismo. A Guerra Fria, de modo geral, representou o conflito entre dois modos de vida, dois sistemas opostos, que pretendiam estender-se de forma universal para obter a hegemonia sobre outras formas de pensamento. No campo ideológico, um capitalista e outro socialista,

objetivavam atingir a superioridade de suas sociedades e regimes trabalhando para a decadência e o desaparecimento do outro tipo ideológico em questão.

Em retomada ao posicionamento cubano, levando em conta o contexto econômico, decorrente dos anseios da sociedade por modificações estruturais para a própria formação do Estado nacional cubano, a princípio contra a dominação espanhola na ilha, mas nos anos seguintes foram destinados ao rompimento e libertação contra os Estados Unidos. Já que o governo norte-americano defendia a ideologia de “liberdade” e independência dos povos, porém era expressivo a marca da forte intervenção norte-americana em solo cubano, não apenas na esfera de influência política, mas também na econômica voltada para as vantagens que os EUA se beneficiariam em seus interesses na região. Nesse mesmo momento ocorria a “marcação” das zonas de influência entre as duas potências da época.

A sociedade cubana expressava um sentimento de desilusão com o governo de Fulgêncio Batista, onde de início liderou um golpe militar apoiado pelos Estados Unidos, o governo de Batista foi marcado não só com a corrupção no governo, mas também pela violência repressiva da polícia, e pela indiferença às necessidades básicas da população e no desenvolvimento social. Batista desviava dinheiro dos cofres públicos, e a população não aprovava a postura e o rumo que a situação estava tomando por contrariar as expectativas esperando que o governo respondesse aos anseios sociais.

Decorrente dessas situações, muitos cubanos começaram a se concentrar em grupos de guerrilha como movimentos de resistência, aumentando o número de simpatizantes e combatentes que vinham conquistando vitórias em várias cidades. Com isso, o regime de Batista sentia o fortalecimento da guerrilha, na luta contra uma ditadura que beneficiava os interesses norte-americanos. Porém o governo norte-americano achava que poderiam conviver com isso sem graves problemas, já que outros reformadores haviam surgido no passado e acabaram se acomodando. O apoio de Batista simplesmente desapareceu, principalmente quando os Estados Unidos percebem o crescimento da força da guerrilha, passando a investir em uma política voltada para a saída de Batista, e em dezembro de 1958, ele acaba fugindo.

Fidel marchou sobre Havana, logo após a fuga de Batista, e seu governo objetivava reformar a legislação tributária e acabar com a corrupção. Certas medidas foram tomadas para modificar o perfil de distribuição da renda, como a reforma agrária, a diminuição nos preços dos aluguéis urbanos, o aumento nos salários, o aumento nos gastos do governo em serviços sociais, e essas mudanças acabavam mostrando uma aproximação da revolução cubana com a ideologia do socialismo clássico. Com efeito, Castro destruiu a iniciativa privada e a economia de mercado, bases do capitalismo e a Junta Central de Planejamento (JUCEPLAN)

passa a controlar e conduzir a economia de Cuba, centralizando as decisões, seguindo o modelo stalinista de planificação econômica.

Porém, defendido por Bandeira (1998, p. 332), “O governo revolucionário, no entanto, não podia erradicar os alicerces do capitalismo, ainda que promovesse radical redistribuição da propriedade territorial, favorecendo o campesinato”. A revolução cubana considerava a empatia da América Latina, e apresentou práticas que influenciassem certas tendências de uma ideologia anti-imperialista, tendências de esquerda, nacionalista ou que seguisse o pensamento anti-Estados Unidos defendido por Fidel.

Diversas formas de pressões econômica, política e militar por parte dos EUA em um breve período de tempo, fez com que ocorresse uma aproximação de Cuba com a União Soviética. Acontecimentos como a restrição por parte dos Estados Unidos na venda de combustíveis a Cuba, a redução da cota de importação de açúcar cubano em 95%. Segundo Furtado (1976, p. 438),

Cuba se aproximava de uma situação crítica que teria levado o governo seja a recuar para reconstituir as suas reservas de câmbio, à custa de agravamento do desemprego, seja a dar passos decisivos adiante, no sentido da liquidação do sistema de favores e de acordos de reciprocidade que submetiam a economia da ilha a uma meia integração com a economia dos Estados Unidos, em condições que tendiam a aumentar a distancia entre os níveis de vida das respectivas populações.

O governo cubano, em 1960, nacionaliza as empresas estrangeiras e suas propriedades rurais, e em 1961 os Estados Unidos rompem de vez relações internacionais diplomáticas com Cuba, e influencia que outros também adotem o mesmo posicionamento, visando com isso um estreitamento do mercado externo cubano. Após o rompimento com os EUA, Cuba assina acordos com a União Soviética de venda de cota açucareira a preço fixo, independente das flutuações do mercado internacional e de importação de petróleo soviético. No mesmo ano, aviões norte-americanos bombardeiam quartéis e aeroportos com finalidade de destruir aviões cubanos, o que irrita mais ainda o líder Fidel.

2.3 Fidel Castro : A estratégia política

De acordo com Harnecker (1999)¹ foi na universidade que Fidel Castro adquiriu uma consciência revolucionária. Naquele momento pertencia a um partido que não era marxista, o Partido do Povo Cubano, mais conhecido como Partido Ortodoxo, e era caracterizado por propor medidas de perfil nacionalista contra os monopólios norte-americanos, com ênfase em medidas contra a corrupção administrativa que predominava entre os funcionários do Estado.

Esse grupo, integrado no partido, desenvolviam ideias que se inspiravam no marxismo, mas também nas tradições nacionais especialmente no pensamento de Martí, que pregava o forte patriotismo e sua paixão pela liberdade. Tratava-se de um partido populista composto por operários, camponeses e uma pequena parte da burguesia.

O marxismo instruiu Fidel. Com caráter revolucionário, Fidel, levantado por Harnecker (1999, p. 28), defendia a ideia de que a missão da classe operária seria a de transformar os alicerces a sociedade capitalista, enaltecendo o importante papel das massas na revolução. “O Estado e a Revolução, de Lênin (1917)², esclareceu para eles o papel do Estado como instrumento de dominação das classes opressoras e a necessidade de criar um poder revolucionário capaz de esmagar a resistência dos exploradores”.

É possível perceber que, desde o início Fidel teve inspirações com bases ideológicas marxistas, mas talvez até por estratégia, o líder não se utilizava de uma abordagem marxista no seu discurso político até então. “Com esse núcleo de companheiros, começou a desenvolver uma estratégia para conduzir as massas influenciadas pelo Partido Ortodoxo para posições revolucionárias” (HARNECKER, 1999, p. 30). Já que, para Fidel, somente com o apoio do povo, com a mobilização das massas, que se poderia conquistar o poder.

Fidel utilizava o método de induzir uma tomada de consciência por parte das massas mediante determinadas ações de luta, mostrando as condições da realidade cubana diante do corrupto governo vigente na época, estimulando a indignação das massas. Segundo Harnecker (1999, p. 43),

Fidel defendia o pensamento de que jamais teria ocorrido uma luta revolucionária de guerrilhas nos campos em um país onde não existissem

¹ Marta Harnecker, “Fidel. La Estrategia política de la victoria”, publicado no México como: “Del Moncada a la Victoria. La Estrategia Política de Fidel”, Editorial Nuestro Tiempo, México, 1986.

² (Fidel Castro, Discurso em comemoração do XX aniversário do assalto ao Quartel Moncada, em “Historia de la revolución cubana” (seleção de discursos sobre temas históricos), Editora Política, La Habana, 1980, p. 268.)

latifundiários, em um país onde os camponeses fossem donos das terras, em um país onde existissem cooperativas e granjas do povo, onde existisse pleno emprego para toda a população.

Devido a situação conturbada no sistema econômico cubano, principalmente ligado ao mercado açucareiro, houve a aproximação da classe burguesa açucareira em apoio à guerrilha, acelerando a queda do ditador Batista. O Exército Rebelde foi ganhando pouco a pouco o carisma das massas, e com a fuga de Batista era evidente o esfacelamento do regime. A população passou a atuar em um papel estratégico importante para a vitória do ideal revolucionário naquele momento.

Através do movimento revolucionário, o povo demonstra uma consciência de luta. A revolução passou a ser “vestida” por todos, Harnecker (1999) defende a ideia de que Fidel utilizava a provocação para estimular rebeldia das massas, acelerando esse processo de amadurecimento da derrubada do poder pela população revolucionária na época, na iniciativa também de gerar uma mobilização de força total, sem risco de grupos nacionais divergentes.

Em análise geral, para Fidel era necessário unir o máximo de forças sociais para derrubar a tirania, criando apoio em setores distintos. Por isso, de início, em Harnecker (1999, p. 106) podemos observar que, “seu programa propunha medidas do tipo “democrático-burguês”, embora houvesse algumas medidas que afetassem os interesses norte-americanos, nunca tinha sido feita uma declaração formal anti-imperialista”.

Fidel deu início a formação de uma frente ampla anti-imperialista e anti-oligárquica, visando fortalecer esse processo revolucionário. É analisado por Harnecker que,

Fidel, desde a iniciativa da formação da guerrilha, tinha noção da importância em unir todos os revolucionários. Em consequência, fez esforços para obter acordos unitários com as outras forças da esquerda cubana: o Partido Socialista Popular (PSP) e o Diretório Revolucionário, conseguindo que, antes do desembarque do Granma, fosse tornado público um manifesto com o Diretório Revolucionário. Posteriormente, poucos meses antes do triunfo, alguns quadros do PSP se integraram à luta guerrilheira. E uma vez obtido o triunfo, é importante destacar que os comunistas cubanos têm o grande mérito histórico de ter reconhecido a indiscutível liderança de Fidel. Há outros partidos comunistas que não foram capazes deste gesto. (HARNECKER, 1999, p. 117)

Logo depois do triunfo, o movimento declara-se de vez com perfil de revolução, já que agora a organização havia se ampliado junto com a participação das massas. Harnecker conclui,

Fidel abandonou a camiseta do partido e vestiu a da revolução. Parece-nos também importante lembrar que, por outro lado, imediatamente depois do triunfo em Cuba já não existiam partidos burgueses. Seus dirigentes tinham ido para Miami durante a ditadura de Batista ou imediatamente depois de sua derrubada. (HARNECKER, 1999, p. 118)

Inicia-se assim, a luta contra o imperialismo. Fidel visou estabelecer uma estrutura única aos três partidos, a formação das Organizações Revolucionárias Integradas (ORI) mostrou ser sua primeira tentativa de unificação das forças. Sem sucesso, criou-se o Partido Unido da Revolução Socialista (PURS), que correspondia ao perfil socialista que o governo cubano assumira mais tarde. Depois de alguns anos o PURS não cresce, cria-se em 1965, o Partido Comunista de Cuba (PCC) e se constitui seu primeiro Comitê Central.

A partir desse momento levanta-se um questionamento nas concepções e análises do governo de Fidel Castro. Não havendo partidos, eleições, quais os canais de participação política da população? A formação desse partido único deixa em carência a possibilidade de discutir e formular melhorias para os desafios que a própria sociedade acaba passando tanto no plano econômico como político. E é o que será debatido ao longo desse trabalho destacando e levando em conta as influências que Cuba sofrerá ao longo das décadas.

3- A transição para o regime “Castrista”/ Comunista

3.1 A agitada década de 60

De forma geral, interpreta-se a revolução de 1959 como o início da construção do Estado nacional cubano. A direção tomada por essa revolução estaria relacionada com as consequências geradas através das eventualidades da época, da demarcação de zonas de influência entre as duas superpotências, onde Cuba passa a atuar de forma significativa em âmbito internacional. De acordo com Furtado (1976, p. 439),

A reação dos Estados Unidos e o bloqueio econômico subsequente imposto à ilha pelo governo de Washington, e também o apoio que o governo de Cuba recebeu da União Soviética e de outros países socialistas, deram aos acontecimentos uma velocidade inusitada, o que veio modificar em sua essência mesma o quadro de opções decorrente da evolução anterior.

Devemos ter em mente o que se passava naquela época em território cubano, o contexto gerado pelas formações de zonas de influências em um momento crítico, e talvez, o ápice dos “conflitos indiretos” entre EUA e URSS. Como já previamente abordado no capítulo anterior, o período de 1959 a 1962 foi bastante conturbado para o governo cubano, não apenas em âmbito social, mas também nas questões econômicas. Cuba nacionaliza as empresas estrangeiras e suas propriedades rurais em 1960 e em 1961 os Estados Unidos rompem de vez as relações internacionais diplomáticas com a ilha caribenha.

Desde o início da revolução, o desenvolvimento econômico de Cuba apareceu no topo da agenda do governo, juntamente com o foco na justiça social e na eliminação da corrupção gerada no governo de Batista. O que parecia ser uma agenda séria foi recebida com grande entusiasmo e confiança pelo público em geral, que concedeu a Castro um apoio e carisma incondicional por parte da população. Segundo Furtado (1976, p. 439, 440),

A evolução de Cuba a partir da revolução compreende dois períodos, o primeiro está marcado por uma política visando a modificar a estrutura de poder e distribuição de renda, enquanto o segundo se caracteriza por um grande esforço no sentido da reconstrução do conjunto da estrutura econômica do país. O primeiro ato importante da revolução, no plano econômico, foi a promulgação de uma lei de reforma agrária. Além da reforma agrária, outras medidas contribuíram para modificar o perfil de distribuição de renda.

A redução de aluguéis, a elevação dos salários, o crescimento dos gastos do governo em serviços sociais (principalmente saúde e educação), foram outras medidas adotadas pelo governo cubano que contribuíram para a distribuição de renda. De modo geral, a ideia central dessa conduta era a diversificação rápida da estrutura produtiva agrícola e industrial, uma nova era parecia estar surgindo em Cuba. Houve convocações para a industrialização do país, a diversificação agrícola para reduzir a instabilidade das exportações causada pela extrema dependência do açúcar, a redução do desemprego estrutural e o aumento do padrão de vida dos segmentos mais pobres da população para diminuir as desigualdades na distribuição de salário. Era de se esperar que as políticas governamentais fossem implementadas de forma consistente com as declarações públicas, que foram levadas a sério pelo povo cubano e pelo mundo. Nesse momento, é analisado por Furtado, a forte aproximação de Cuba com a ideologia socialista clássica.

A década de 1960 foi um período bastante conturbado na área sociocultural dos EUA.³ Essa década também foi marcada por ser uma fase intensa para o governo norte-americano, apresentando a expansão da influência norte-americana através da mídia e um consumismo acentuado para a época. A popularização desse estilo de vida (o american way of life) fez-se principalmente através dos aparelhos de mídia que acabaram se tornando instrumentos de influência política para os Estados Unidos.

Para a política externa dos EUA, a Revolução Cubana apenas apresenta um sinal de tormento, quando simboliza começa a afetar diretamente nas influências não apenas nas questões administrativas da ilha, mas também na interferência da imagem de potência regional norte-americana no continente, ou seja, nas influências políticas que os Estados Unidos desenvolve com os outros países da região. Era de receio por parte dos Estados Unidos que o perfil político adotado por Cuba acabasse inspirando outros países da América Latina à adotar tal perfil. O governo norte-americano conscientiza-se em alterar certas administrações, certas políticas, buscando promover mudanças estruturais nos países latino-americanos, objetivando evitar que outras revoluções ocorressem na região.

A política externa dos Estados Unidos voltava-se agora para planejar um golpe de Estado contra o líder revolucionário Fidel. O governo norte-americano passa a agir por meio de pressões econômicas visando enfraquecer o crescimento do governo de Fidel, por exemplo,

³ A inquietação trazida pela discordância da política vigente da época era representada através de músicas principalmente pelo rock&roll, e a contracultura, representada pelos grupos hippies naquela época, indicavam o desinteresse pela política, assim como uma nova forma de protesto pela sociedade.

a recusa na compra do açúcar cubano e a suspensão do abastecimento de petróleo. Logo após o rompimento com os EUA em 1961, Cuba assina acordos com a União Soviética de venda de cota açucareira a preço fixo e de importação de petróleo soviético. Com o total afastamento do governo norte-americano, os EUA, enfurecidos com a influência da União Soviética na região, comandam um bombardeio aos quartéis e aeroportos com finalidade de destruir aviões cubanos, como consequência dessa atitude o líder cubano Fidel Castro proclama publicamente o perfil socialista da Revolução Cubana.

O presidente Kennedy, objetivando acabar com o novo governo cubano e com a revolução, promove a ocupação da Baía dos Porcos por grupos guerrilheiros de cubanos contra-revolucionários treinados pela CIA. Porém, como não esperado, os guerrilheiros enviados pelos EUA foram derrotados, Kennedy teve que assumir publicamente a responsabilidade pelo acontecido, que foi organizado secretamente como outros casos, delatando mais um ato de terrorismo promovido pelo governo norte-americano em relação a Cuba.

Ao desenrolar das circunstâncias, e em consequência das decisões tomadas dos governos envolvidos na época, a Revolução Cubana acabou se moldando ideologicamente. Inicia-se com um ordem democrática extremista e depois passa a confrontar a política imperialista do governo norte-americano no país. Sader (1985) relata que, conforme o atual governo cubano revolucionário divergia com seu vizinho, os EUA, e estreitava laços com a União Soviética, a burguesia cubana deixava o país em direção a Miami, esperando que uma nova intervenção de Washington.

As influências políticas dos Estados Unidos no continente americano acabaram persuadindo que os outros países adotassem o mesmo posicionamento referente as suas relações com Cuba, objetivando as futuras dificuldades que a ilha iria passar gerada pelo isolamento diplomático e pelo enfraquecimento do seu mercado. Em 1962, Cuba foi expulsa da Organização dos Estados Americanos (OEA), e isso acabou acarretando em diversas quebras de relações comerciais entre os países da região com Cuba. Essa estratégia norte-americana fortalecia cada vez mais a aproximação da ilha com a URSS, já que a mesma via-se sempre necessitada de ajuda por parte do governo soviético, aprofundando, assim, suas relações com países socialistas.

O bloqueio econômico e diplomático estabelecido pelo governo norte-americano, gerou grandes dificuldades materiais na Ilha tanto no plano interno como nas relações exteriores. Os EUA almejavam, estrategicamente, provocar uma crise que refletiria em um motim dos próprios cubanos contra a revolução lá estabelecida. O Congresso norte-americano

aprovou, por volta de 1962, a Lei Torricelli, que consistia em dois principais temas, o comércio e a democracia. Para Morrone (2008),

Os EUA com o intuito enfraquecer o comércio de Cuba, aumentaram as penalidades em âmbito econômico por meio de três medidas: proibição de subsidiárias norte-americanas de comercializar com Cuba; proibição de que navios estrangeiros que aportassem em Cuba; e punição com a formação de bloqueios comerciais para países que prestassem assistência a Cuba.

Para Bandeira (2008), os Estados Unidos não deixaram outra opção ao país se não aliar-se ao comunismo soviético, o que foi péssimo por gerar atrito e gerar uma futura simpatização por discordar do capitalismo exacerbado norte-americano. O governo norte-americano visualizava a aliança de Cuba com a União Soviética, como uma afronta. Representava uma perturbação de seus interesses políticos na região, como também a expansão da ideologia comunista “embaixo do nariz” dos EUA.

Nesse período é importante ressaltar o episódio de maior tensão durante toda a Guerra Fria, a Crise dos Mísseis. Em 1962, aviões norte-americanos sobrevoam a ilha de Cuba e declaram o aparecimento de seis bases de mísseis soviéticos, o que torna uma grande ameaça à segurança dos Estados Unidos. O governo norte-americano passa a ameaçar diretamente a URSS afirmando uma possível invasão na ilha de Cuba, com o uso de seu armamento nuclear em defesa do seu Estado. Por outro lado, Cuba nega-se a deixar que os mísseis saiam da ilha, afinal, a soberania do país fala mais alto.

Diálogos travados durante treze dias entre Estados Unidos e União Soviética, foram responsáveis pela negociação de uma possível guerra nuclear. Os soviéticos fizeram a retirada dos mísseis em Cuba a fim de evitar um conflito direto. Vale ressaltar que, mesmo Cuba tendo sido o foco de um possível conflito nuclear, é deixado claro entre as potências a não interferência do governo revolucionário naquele episódio da Guerra Fria, ou seja, o governo de Cuba não teria participação quanto a negociação durante a Crise dos Mísseis.

Revisando o cenário econômico cubano na época, também analisado por Furtado (1979, p. 441, 442),

O produto interno cresceu de forma a absorver grande parte do incremento da demanda monetária causada pela elevação dos salários. Em uma economia de estrutura pouco diferenciada como a cubana, toda tentativa de elevação do ritmo de crescimento acarretaria, de imediato, séria pressão sobre a balança de pagamentos. Assim, era de se esperar que o setor externo em pouco tempo se transformasse no ponto nevrálgico em que se decidiria o futuro da Revolução Cubana. Passaram para primeiro plano os problemas de controle de câmbio, racionamento de divisas, busca de novos mercados para

os excedentes de açúcar e linhas de crédito para financiar as importações de equipamentos, cujo volume deveria aumentar rapidamente.

Dessa maneira, é perceptível que com a ruptura das relações internacionais entre EUA e Cuba, a economia cubana não tinha um campo amplo de mercado no exterior, e sim uma economia de estrutura pouco diferenciada, sujeitavam-se a estoques pequenos de mercadorias já que a maior parte de suas relações comerciais eram com os Estados Unidos, o que não era vantajoso. Baseando-se na análise de Furtado (1979, p. 443),

A gravidade desses problemas aparentemente não foi percebida desde o início, admitindo-se que um esforço no sentido da substituição de importações, tanto no setor agrícola como no industrial, poderia aliviar a pressão sobre a balança de pagamentos em prazo relativamente curto. Essa orientação levou a multiplicar as iniciativas no setor agrícola e a importar equipamentos industriais em escala considerável. As conseqüências foram extremamente negativas: a produtividade no setor agrícola baixou, e o desvio de fatores no setor açucareiro começou a afetar a única fonte de capacidade para importar de que dispunha o país; quanto ao setor industrial, logo se evidenciou que durante muito tempo ele dependeria pesadamente de produtos intermediários importados.

Após todas essas circunstâncias, os Estados Unidos passa a evitar qualquer forma de enfrentamento direto com Cuba, consciente de que qualquer confronto possível poderia gerar um conflito de tamanho mundial. A política externa norte-americana, no decorrer dos anos, continua estipulando ações contra o governo cubano bancando grupos contra-revolucionários, e sustentando pressões para que os outros países aderissem o cumprimento do bloqueio contra Cuba.

Cuba realizou algumas modificações em relação a sua política de diversificação agropecuária e de modernização na produção açucareira. Mesmo havendo dificuldades, houve um aumento significativo na produtividade e na diversificação, o que gerou uma melhoria no padrão de alimentação da população. Para o setor industrial, segundo Cano (2007), houve modificações significativas na estrutura produtiva, aumentando a participação dos setores metálicos. Era expressivo o avanço da socialização dos meios de produção naquela época, e que onde havia o aumento dos gastos voltados para a saúde, educação e na política de emprego, mostravam gerar excelentes resultados. Porém, o fim da década de 60 para Cuba foi caracterizada com uma dependência maior do que nunca da indústria açucareira, apesar das promessas revolucionárias iniciais de diversificação econômica e do fim da monocultura da cana-de-açúcar. Contudo, tornava-se muito mais dependente da União Soviética, superando do que já foi dos Estados Unidos desde sua criação como República.

Também é uma década que, como já abordado, houve resultados importantes. Visando uma sociedade comunista, onde o Estado garante as necessidades básicas à população, o país estava se direcionando em uma forma especial de economia de subsistência, mas mantinha-se estagnado pois dependia de subsídios significativos da União Soviética. Nessa lógica, Cuba aparentemente torna-se incapaz de empreender sozinha por apresentar um posição de dependência em subsídios, algo que os soviéticos não estavam dispostos a manter firmado por muito tempo sem um compromisso sério por parte de Fidel em administrar a economia sob uma concepção de planejamento central. Os soviéticos esperavam que com isso fizesse renascer a economia cubana, sem suspeitar que esse modelo de gestão econômica estava pavimentando o caminho para sua própria desintegração como União.

3.2 Os novos ajustes no plano político e institucional (1970-1985)

Cano (2007) analisa as conseqüências do maior envolvimento de Cuba em acordos comerciais com outros países socialistas, visto que, reforçando as relações econômicas no cenário que Cuba se apresentava, crescia a necessidade de maiores financiamentos para que a economia cubana se “reestruturasse”. Dessa forma, acarretando em um aumento da dívida externa. Cuba inicia uma reavaliação para a formação de novos ajustes na gestão econômica, e ainda examinado por Cano (2007, p. 478) “houve um grande esforço para melhorar a organização das massas, para fortalecer o partido e uma maior participação da classe trabalhadora na formulação e no acompanhamento dos programas de governo”.

O problema econômico em Cuba continuava, aspectos estudados por Furtado (1976, p. 450) mostram que,

Nos anos 70 teve início uma nova fase, com ênfase na proposta de elevação significativa da produtividade do trabalho no conjunto das atividades ligadas ao abastecimento do país. O rápido aumento produção observado no período referido veio comprovar que parte substancial dos investimentos realizados nos anos 60, tanto na agricultura como na indústria, permaneceria subutilizada. A adoção de uma política de incentivos mais realista traduziu-se em rápida elevação da produtividade do trabalho, graças à utilização dessa margem de capacidade subutilizada. Além disso, a conseqüente ampliação da oferta permitiu absorver parte do excesso de liquidez que sugira nas mãos dos consumidores desde começos do período revolucionário, o que por seu lado ampliou a oferta de mão-de-obra. Assim, o crescimento do produto foi acompanhado de redução de seu custo social.

O agronegócio em Cuba foi fortemente afetado, principalmente no período de 1975-1980, com o açúcar ainda seu principal produto de exportação, houve uma redução dos seu preço no mercado externo, além de anos de seca no território cubano e mais o furacão em 1979. Decorrente desses fatos e da má produção industrial nessa mesma época, as taxas de crescimento apresentaram-se baixíssimas o que agravou o quadro da balança comercial e aumentou a dívida externa do país.

Sob o governo de Fidel, Cuba era, e de certa maneira ainda é, uma sociedade fechada onde os assuntos governamentais, e de empresas estatais, são mantidas em segredos de Estado. O fato é que, após a falha apresentada na produção de açúcar, Cuba realiza uma revisão das políticas econômicas, e também dos conceitos e particularidades relacionadas ao planejamento e à organização em geral. O desperdício de recursos havia tornado-se disperso

que não podia ser ocultado no momento, o governo acaba reconhecendo essa realidade mesmo sem dados estatísticos suficientes sobre o desempenho econômico e a produtividade passa a ganhar atenção governo vigente.

Com a eleição do presidente Reagan em 1980 promove-se uma reformulação na política externa norte-americana, reativa-se a política do “Big Stick” e promove uma política de caráter conservadora, mantendo a ideia de contenção ao avanço soviético e de sua ideologia. Até então, esse período marca o crescimento dessa promoção da soberania por parte dos EUA e pela consolidação de influências expandida em toda a América Latina.

De acordo com dados analisados, Cuba apresentava uma grande variação em relação a sua situação econômica. Não podemos deixar escapar, que em meados de 1976, Fidel Castro torna-se presidente de Cuba após realizar mudanças na Constituição do país. Desde 1959, o líder ocupava o cargo de primeiro-ministro. Após um período terrível marcado na década de 70, a situação foi oposta na década seguinte, as taxas de crescimento voltaram a subir graças a um plano realizado pelo governo estabelecendo objetivos para uma recuperação setorial e uma participação política junto com a população. Como instrumento desse plano, visava-se fortalecer as bases internas e externas da economia, ou seja, expandindo as exportações, substituindo as importações e avançando com a industrialização. Porém, essa pequena “recuperação” não era suficiente para suportar as diversas crises que abalavam Cuba.

A redução dos preços internacionais do açúcar, a crise do petróleo, a precária estrutura produtiva cubana de exportação juntamente com o bloqueio econômico dos Estados Unidos, desencadeava e fortalecia uma crise na balança de pagamentos e nas dívidas externas. O bloqueio limitava as exportações cubanas e gerava uma aumento nas importações, fora a deficiência de todos os outros setores de produção, que mostravam uma média péssima de desempenho ano após ano.

Para Cano (2007, p. 483) o campo social é o único que se deve destacar as maiores realizações.

A urbanização e a educação certamente tem colaborado muito para a redução da taxa de natalidade, que passou de 2% para pouco menos de 1%, permitindo dessa forma um maior crescimento produtivo por habitante. Em ênfases no campo social, a industrialização e a urbanização crescente, alteraram a estrutura do crescimento, de maneira que a produção de serviços sociais aumentaram muito mais que a produção material. Um nível maior de emprego urbano e o estabelecimento de seguro desemprego completam esse quadro. Ainda que com baixas taxas de crescimento agrícola e com problemas estruturais da balança comercial, Cuba conseguiu baixar o índice

de mortalidade infantil, o analfabetismo foi praticamente eliminado e o índice de expectativa de vida subiu de 65 para 74 anos.

Nesse sentido, também refletido por Sader (1985), os governos consecutivos nos EUA foram em busca de não só derrubar o regime em Cuba, mas também, como já analisado anteriormente, reprimir qualquer outro movimento que pudesse evoluir para uma revolução semelhante a essa no restante do continente Americano. Com o fim da Guerra Fria e com o desmanche da URSS em 1991, criaram assim, a necessidade de novos paradigmas para justificar a continuidade das políticas “afrontosas” em relação a Cuba, já que de certa forma a ilha não apresentava mais um perigo para o governo norte-americano na região.

O colapso da União Soviética afetou diretamente a economia cubana, que acaba passando por um período difícil com a perda de auxílio financeiro do seu principal financiador, Cuba tinha uma relação de total dependência dos subsídios vindos da URSS. O fim dos anos 80 trouxe diversas transformações, o governo cubano começou a abrir a economia ao investimento estrangeiro e ao turismo, mas sob rígido controle por parte do Estado. De acordo com Moniz Bandeira (1998), Fidel Castro acreditava e esperava que com a dissolução do bloco comunista e a não desmoronamento de Cuba referente ao bloqueio econômico, restaria aos Estados Unidos reformar sua política e se aproximar comercialmente da Ilha. Porém, os EUA ainda almejavam a queda do regime de Fidel Castro, e viam essa falta de apoio por parte da União Soviética como um instrumento que viria a acelerar o fim do regime.

Cuba, com o fim da Guerra Fria, imaginou que aquele seria o momento certo para voltar, de forma gradual, as relações com os Estados Unidos. Mesmo não ocorrendo a queda do regime, os EUA continuaram com as pressões políticas e econômicas em relação a Cuba. Porque mantinha-se o pensamento de que com as dificuldades econômicas desenvolvidas através do bloqueio econômico, iriam gerar um desconforto da população almejando um golpe interno que promovesse a saída do líder Fidel.

3.3 Análises administrativas

No plano econômico, a ilha caribenha seguia com seus desequilíbrios no âmbito do mercado externo e de produção, que refletiam nas contas públicas e no aumento da dívida externa mostrando a delicada economia cubana. As únicas melhorias expressivamente identificadas, mesmo com o efetivo bloqueio econômico, foram a diversificação da produção agropecuária, que permitiu uma melhoria no padrão alimentar da população cubana e os grandes resultados com os esforços na biotecnologia, no alto nível sanitário e educacional da população, gerando principalmente, o respeito conquistado em esfera internacional por esses esforços mesmo pressionados por uma política de “censura”, de rejeição imposta pelos EUA.

A severa temporada pré e pós ruptura da URSS (1989-1993), revela o ápice da depressão cubana, o pior momento da crise. A queda do PIB, a terrível baixa nas exportações, no setor agropecuário afetava drasticamente outros setores produtivos. Era uma fase que ressurgiu fortes restrições de consumo, e de certa maneira, a “sorte” em manter determinadas ajudas por parte de instituições internacionais e países capitalistas que mantiveram suas promessas mesmo com o bloqueio americano, foram mecanismos de caráter defensivo voltados para que se freasse os problemas gerados por essa terrível situação. Em 1993, o governo, visando estimular o desenvolvimento econômico da ilha, declara a abertura de algumas estatais para o investimento privado. Cuba permanece como um dos poucos países comunistas do mundo, ao lado de Coreia do Norte e do Vietnã.

O governo cubano, almejando evitar uma super inflação, discorrido por Cano (2007, p. 490),

Tomou medidas para reforçar seu sistema de controle de abastecimento, através da economia no fornecimento de uma cesta de bens com preços fortemente “colaborativos” em mercados controlados, onde as compras só poderiam ser realizadas com a moeda inconvertível (peso cubano). Paralelamente seu caderno de vendas de produtos similares aos não vendidos no mercado racionado foram ampliados, onde somente se realizavam compras com as moedas convertíveis (o peso conversível chamado CUC), a preços muito maiores aos do racionamento. Isso acabou acarretando na diferenciação das pessoas, as que teriam acesso ao mercado liberalizado e aquelas que apenas poderiam comprar bens a “la libreta”, ou seja, as do racionamento.

É levantado por Carcanholo (2001), que no “IV Congresso do Partido Comunista Cubano (PCC) estipulou “metas” em que se dariam a reforma. Estabelece assim, a utilização

de elementos monetário-mercantis para o funcionamento futuro da economia planificada (PINEDA B., 2001, p. 149), como o:

- a) impulso ao investimento direto estrangeiro, em associação econômica com o Estado, e ao autofinanciamento de empresas selecionadas;
- b) impulso às exportações tradicionais e novas que gerem divisas em curto prazo;
- c) possibilidade de empresas estatais exportarem e importarem com certo grau de autonomia;
- d) regulação e ampliação da produção e prestação de serviços pelo trabalho por conta própria em um espaço econômico-mercantil;
- e) adoção de novas formas de organização e gerenciamento econômicos, como a autogestão.” (apud, CARCANHOLO, 2001, p. 19)

No racionamento estabelecido em 1962, podemos observar que ocorre uma manipulação dos preços fixados pelo próprio governo. A lógica segue em, por ordem do Estado, elevar os preços dos produtos mais escassos, de certa forma os que forem mais indispensáveis pela população, o que gera o difícil acesso para os que recebem menos. Esse mecanismo é utilizado pelos países como forma de fazer política. Essa distribuição de alimentos em países que seguem o caráter socialista, mostra ser uma forte arma política em prol do Estado, para favorecer ou acabar com determinados indivíduos ou setores da população, encorajam determinadas camadas sociais a acabar com outras e de certa maneira gera um incentivo a produção, já que desenvolvem um almejo em salários melhores.

Desde o governo de Pérez havia a presença de "mercados paralelos" onde uma porção de bens de consumo, até então apenas disponível através dos sistemas de racionamento ou do mercado negro, seria vendida a preços acima dos níveis oficialmente fixados, seguindo uma condição de “demanda de equilíbrio”. Alguns itens de consumo racionais não essenciais, como charutos e bebidas alcoólicas, estavam disponíveis apenas em preços de difícil acesso. Com todos esses privilégios na discriminação política da distribuição de alimentos, Cano (2007) expõe que ainda podem se abastecer em “armazéns estatais” paralelos, um tipo de mercado negro legal, só que, como já abordado, custam preços mais elevados ao que se tem racionado. Nesses armazéns, as compras devem ser pagas em pesos conversíveis, com isso tem o acesso a encontrar outros tipos de produtos que não são encontrados nos que estão em “las libretas”.

Para Azambuja (2014),

Os fundamentos dessa discriminação político-produtiva socialista na distribuição de produtos essenciais à população, foram magistralmente sintetizados por Lênin na Conferência de Abastecimentos da Rússia, realizada em junho de 1921:

“Não se pode estabelecer a distribuição de produtos alimentícios somente com um espírito de justiça. É preciso pensar que se trata de um método, uma ferramenta, um meio para elevar a produção. Só alimentaremos por conta do Estado os empregados que sejam realmente indispensáveis para conseguir uma maior produtividade no trabalho, e converteremos a distribuição em um instrumento político para diminuir o número dos que não são absolutamente necessários e estimular aqueles que, na verdade, necessitamos”.

Como esperado, Cuba continuava com as variadas taxas de crescimento. Até o ano de 1997, Cano (2007) apresenta dados estatísticos que concluem uma redução na inflação, geradas por uma melhora no crescimento das exportações, com a inclusão de novos produtos agroindustriais, industriais e a crescente presença de medicamentos e equipamento médico, a mudança na composição das estruturas de importação decorrente do aumento da participação do petróleo e da compra de alimentos. O ingresso do turismo como um setor comercial de certa forma crescente na época. Porém também lembrado por Cano (2007), sobre o furacão em 1998, que afeta mais uma vez a produção cubana, aumentando assim, os gastos públicos e acarretando no aumento da dívida externa.

Ao longo dos anos, e de diversas outras administrações, o governo norte-americano ainda mostrou um certo “rancor” consolidado em aceitar a permanência de Cuba como um insistente símbolo de resistência às ambições imperiais dos Estados Unidos. Como já mencionado as pressões continuaram, e até o governo de George W. Bush (2001-2009) podemos analisar que não houve nenhum tipo de “ponderamento”, qualquer nova reflexão, ou qualquer possibilidade de uma aproximação ou de alguma mudança nas transformações da política econômica cubana.

Todas as sanções que foram estabelecidas pelo governo norte-americano durante o período da Guerra Fria, como a Lei Torricelli, só seriam anuladas se por acaso ocorresse em Cuba eleições democráticas, ou seja, modificação na estrutura política e que fossem supervisionadas. A Lei Torricelli, por exemplo, causou uma reação deixando a questionar o lado da soberania estatal. De acordo com Morrone (2008), a própria população cubana exilada em Miami, passou a apoiar essa medida, Bandeira (2008) ressalta que era “uma comunidade irracionalmente radicalizada e agressiva, não queria dialogo, e sim, aniquilar todas as conquistas da revolução. Decorrente disso, fortalecia a ideia de que a política externa dos EUA estava voltada aos interesses do plano político cubano.

O PIB em Cuba acaba caindo no fim da década de 90. Segundo Mesa-Lago (2003)

Após três anos de deflação declarada oficialmente, em 2001, a liquidez monetária aumentou 16,4%. O déficit fiscal aumentou, o número de turistas estagnou e a produção de açúcar diminuiu. A produção de petróleo e níquel continuou a subir e atingiu recordes, mas a forte queda dos preços mundiais do níquel levou a uma redução de seu valor de exportação. A produção de produtos industriais e agrícolas essenciais (cimento, têxteis, eletricidade, ovos, peixes, cítricas) declinou ou estagnou, aumentando somente a de charutos em 2001. As exportações diminuíram, enquanto as importações declinaram 1% (ainda assim, US\$ 3,1 bilhões). O déficit comercial foi parcialmente compensado com os ganhos do turismo, mas eles diminuíram 5%.

A instabilidade financeira ao longo dos anos torna-se uma marca de Cuba. A maior parte das metas estabelecidas pelo PCC não foram alcançadas. Mesa-Lago (2003) conclui, através de dados, que

Para promover um crescimento econômico é necessário abrir mais a economia; facilitar, incentivar a expansão do setor privado; permitir que os formados pelas universidades pratiquem suas profissões por conta própria e autorizar os cidadãos cubanos e grupos de trabalhadores a administrar negócios pequenos e médios, criando assim empregos suficientes no setor não-estatal a fim de permitir a demissão de trabalhadores desnecessários do setor estatal; completar a reforma bancária e implementar uma reforma de preços abrangente; criar um mercado de capitais interno; permitir que empresas estrangeiras e joint-ventures contratem, promovam e paguem seus empregados diretamente; estabelecer um peso realmente conversível; introduzir um imposto de renda progressivo e contribuições dos trabalhadores à previdência social e reformar o sistema de pensões; e criar uma rede de segurança social para proteger os grupos mais vulneráveis da população.

O rompimento da União Soviética colocaram em evidência as fraquezas da economia cubana, que, como visto anteriormente, era resultado de sua grande dependência de subsídios que escondia suas falhas estruturais para o desenvolvimento da economia na ilha. Eliminando grande parte dos subsídios, nem mesmo a subsistência econômica de Cuba foi garantida nesse período, o governo cubano teve que se esforçar para enfrentar uma crise que provocou um certo medo pela estabilidade do regime. Fidel passou a adotar medidas de liberalização para salvar a economia, uma das mais significativas, já abordado, foi o desenvolvimento da indústria turística com forte participação de investidores e operadores estrangeiros. Uma segunda medida crítica era permitir o auto-emprego, já que o governo não podia continuar pagando salários aos trabalhadores empregados em fábricas que não poderiam operar sem suprimentos de insumos.

Em meio a esse cenário, Fidel adere a uma medida tida com difícil, que foi a decisão na “liberação” da circulação de dólares americanos para facilitar a conquista de turistas estrangeiros e remessas de exilados cubanos. Uma nova característica poderosa da economia cubana que tem operado desde então em um sistema monetário dual que, em termos reais, refletiu uma economia dual. Simultaneamente, as remessas externas tornaram-se um substituto parcial dos subsídios soviéticos. Todas essas mudanças, foram consideradas erroneamente na época como reformas para uma economia de mercado, porém não foram suficientes para compensar a perda de subsídios soviéticos mesmo tendo um impacto de certa forma positiva na economia.

No início dos anos 2000 o governo venezuelano, passa a admirar do governo vigente em Cuba, e começa a estreitar laços comerciais, inicialmente promovendo subsídios e créditos ao governo cubano, criando um intercâmbio de petróleo venezuelano para serviços médicos cubanos e outros serviços de natureza política e de segurança. Este auxílio mútuo foi tão significativo que Fidel considerou em reverter algumas das medidas de emergência, mantendo a população a um nível de subsistência. Apesar dos muitos pedidos de algumas reformas econômicas significativas o governo não se moveu e continuou seguindo uma política de subsistência subsidiada.

Fechando uma análise até o início do século XXI, a dívida externa em moeda forte foi levemente reduzida, mas o investimento externo direto caiu 91%. Cuba teve que apelar para empréstimos, decorrente dos atrasos de pagamentos, a Venezuela acaba suspendendo as entregas de petróleo a preços subsidiados. Segundo Mesa-Lago (2003), os salários aumentaram um pouco, ao mesmo tempo que aumentos significativos em lojas dolarizadas e mercados agrícolas, combinados com a desvalorização do peso, levaram provavelmente a um declínio do poder de compra.

3.4 - A substituição de Castro por Raúl

Devido à condição de saúde de Fidel Castro, ocorre sua substituição como chefe do governo em 2006 por seu irmão Raúl, e junto com ele surge uma renovação das expectativas de reformas. Nada de significativo ocorreu de imediato no plano econômico, somente em anos seguintes a possibilidade de que eles poderiam perder o apoio da Venezuela decorrente às mudanças políticas em Cuba. Raúl deixou claro que visava melhorar a economia cubana, melhorar as condições de vida no país, sem descartar os princípios socialistas por completo. O novo presidente reconheceu os sérios problemas econômicos que Cuba estava enfrentando e prometeu implementar reformas estruturais gradualmente.

Inicia-se, portanto, um processo de reforma subdividido em dois grupos de decisões governamentais. O primeiro grupo classifica-se como "medidas administrativas", dando o pontapé em 2007, consistiu em levantar as restrições para os cidadãos comprarem telefones móveis, permitindo o acesso ilimitado para hotéis de turismo internacional, legalizando transações limitadas em imóveis e a venda e compra de carros usados entre proprietários privados. Mesmo essas medidas não tendo caráter básico estrutural, representaram importantes mudanças na melhoria das condições de vida dos cidadãos, especialmente os que têm acesso a fontes de renda estrangeiras, os que recebem remessas do exterior, empregados em hotéis e resorts internacionais, ou empregados por entidades estrangeiras que operam em Cuba.

O segundo grupo de medidas, caracteriza-se por "reformas estruturais", a distribuição de terra, como exemplo, foi implementada anteriormente. Durante a crise fiscal de 2010, quando o governo não podia fazer pagamentos a fornecedores estrangeiros, importar alimentos e cobrir despesas governamentais, Raúl Castro anunciou uma futura leva de demissões que iria surgir, mostrando-se óbvio que os níveis de produtividade do trabalho eram fortemente baixos. No mesmo período em que Raúl anunciou a redução da folha de pagamento do governo, não houve nenhuma declaração pública explicando como o governo iria implementar uma medida tão drástica e potencialmente arriscada.

A partir daí, governo decide destinar terras desocupadas, terras inativas aos fazendeiros para estimular a produção agrícola visando substituir importações do alimento para a produção doméstica. A terra seria concedida porém sem direitos de propriedade privada

definido, uma restrição que limitaria os incentivos dos agricultores para investir na melhoria da terra que recebiam. Mas o governo também permitiu que os agricultores fornecessem diretamente para hotéis e restaurantes cubanos para turistas estrangeiros.

A solução para gerar novas fontes de emprego foi proposta no VI Congresso do Partido Comunista Cubano, analisado por Carcanholo (2001), onde foi adotado um programa de reforma intitulado como Diretrizes de Política Econômica e Social, com foco na criação de empregos fora das estruturas governamentais. Esse programa equivalia em liberalizar o auto-emprego privado, como já abordado, porém permitindo que as pequenas empresas contratassem trabalhadores em certos limites. Os programas adotados não conseguiram provar o real compromisso do governo em desenvolver a economia cubana além do seu patamar/estágio de subsistência. Deixando claro que se houver crescimento econômico significativo em Cuba, acabará sendo limitado pela falta do desenvolvimento de um setor externo e pelo acesso limitado do país ao financiamento internacional.

É praticamente impossível que o auto-emprego possa elevar a economia acima do nível de subsistência, e mesmo que se tornasse possível a dependência de Cuba em relação à ajuda externa de subsídios, ainda seriam necessários grandes investimentos no setor externo para eliminar por completo essa dependência. A agenda política atual apresentada pelo governo de Raúl parece estar mais voltada na estabilidade do que para o crescimento, simplesmente porque o crescimento econômico significativo dependerá de um setor privado que busca o crescimento e seu empoderamento.

4 - A realidade cubana

4.1 A administração da Cuba atual

Em análise inicial, seria interessante observarmos a compreensão que o historiador britânico Hobsbawm traz ao abordar o “socialismo real”, onde os países socialistas de maneira geral, foram responsáveis por transformar sociedades predominantemente camponesas em sociedades industrializadas, em decorrência da própria modificação na composição social com a derrubadas das classes dominantes, onde defendiam e sustentavam economicamente na exploração do latifúndio. Através desses processos revolucionários leva-se em consideração às conquistas na saúde, educação e na melhoria das condições de vida. O Estado cubano desfruta de um controle de carácter monopolista em todos os âmbitos (plano econômico, político e social) desde sua revolução em 1959. O estabelecimento desse Estado forte desenvolveu medidas repressivas como meios de acordo, harmonização, em relação aos seus interesses presentes na agenda doméstica.

O uso de ferramentas com o intuito de construir pilares para esse carácter “monopolista”, como o mecanismo militar e a criação de uma rede nacional de grupos com influência local denominados como comitês para a defesa da Revolução, mostram-se peças necessárias para pregar a autoridade na ordem de Estado forte. Bandeira (2008, p. 329) exemplifica com o fato da “criação da JUCEPLAN subordinada ao Conselho de Ministros, passasse a controlar e a dirigir a economia de Cuba, centralizando as decisões, segundo o modelo estalinista de planificação econômica”. Como visto ao longo desse trabalho, no decorrer dos anos, o líder carismático e influente que previu o surgimento de um Estado cubano socialista, Fidel Castro, baseou a legitimidade de seu regime na promoção e na obrigação moral de libertar e proteger os cubanos não só das forças imperialistas opressivas, mas também dos inimigos domésticos da revolução.

Com o pretexto de proteger a segurança do Estado, usa-se como um meio de intimidar a oposição uma política através de medidas repressivas. Não podemos deixar despercebido, que o Estado é o principal ator na vida econômica do país, neste trabalho pudemos ter acesso a uma análise completa da situação econômica do país e do quanto o Estado cubano possui interferência nesse plano. A Constituição de Cuba, promove a criação de uma economia baseada na apropriação socialista dos meios fundamentais de produção, porém, também visto anteriormente, com a dissolução da União Soviética e, decorrente disso, com o fim dos

subsídios soviéticos, Fidel Castro abriu certos setores da economia ao investimento estrangeiro, levando à criação de empresas criadas com uma mistura de capital nacional e estrangeiro. O Estado cubano necessitou tomar essa medida, pois não podia permitir nenhuma perda de controle sobre a economia. Bandeira (2008, p. 739-740) leva em conta que,

O socialismo real, imitação do modelo implantado por Stalin na extinta União Soviética, virtualmente acabou em Cuba. Castro tentou apenas salvar as aparências e, resguardando a educação e saúde como serviços públicos, que representaram conquistas democráticas da revolução de 1959, suavizar o desmoroamento do regime, montando ao longo de 36 anos, a fim de não perder o controle sobre os acontecimentos e a honra, valor muito importante para ele.

O cenário político e social em Cuba, durante o regime de Fidel, caracteriza-se repressivo com os posicionamentos contraditórios a política estabelecida. Os cubanos apresentam restrições no plano da liberdade de expressão, pelo governo vigente são medidas tidas apenas como “limites”. Os jornalistas independentes, por exemplo, são perseguidos por leis que restringem a "propaganda inimiga" ou a notícia não autorizada. A lei cubana pune reuniões não autorizadas de três ou mais pessoas com penas de até três meses ou mais na cadeia, eles são penalizados se apresentarem intuito de agir contra o Estado socialista.

Em regra geral, Bandeira (2008, p. 407) traz que, a Constituição cubana define Cuba como um “Estado socialista independente e soberano de trabalhadores, organizado com todos e para o bem de todos como república unida e democrática, para o desfrute da liberdade política, justiça social, individual e coletiva de bem-estar e solidariedade humana”. O país caribenho é controlado por um partido único, o Partido Comunista de Cuba, Cuba como um regime autoritário de partido único é governado hoje em dia por Raúl Castro e seu grupo próximo de partidários do PCC, não é uma democracia eleitoral como dita previamente. Mas sim, um Estado autoritário de partido único, com o Partido Comunista tendo total controle sobre todos os aspectos de âmbito político.

A Constituição cubana obriga o Partido Comunista a se posicionar como orientador da "construção do socialismo e do progresso em direção a uma sociedade comunista” no território cubano. Portanto, toda organização política fora do Partido Comunista é tido como ilegal e o acesso ao poder é canalizado através do partido. O Estado é visto como o principal instrumento de desenvolvimento educacional e cultural, esforçando-se assim, para assegurar que todo o material didático contenha conteúdo socialista.

Os irmãos Castro governam Cuba desde a Revolução em 1959, eles têm conservado o poder através dos instrumentos de repressão e controle do regime. Ambos os líderes, Fidel e

Raúl, impediram os discordantes do governo vigente em expressar suas opiniões políticas, em participar da política ou até mesmo em ouvir o que os outros tinham a dizer. A falta de eleições livres, as ditas democráticas, o pluralismo político e a liberdade de expressão, entre outras carências, levam a descartar a possibilidade de um sistema político verdadeiramente justo.

Embora no governo de Cuba apresente algumas características de um regime totalitário, a existência de “eleições”, traço mais distintivo, torna-se uma desculpa que contradiz essa afirmação. Não é o governante que designa seu sucessor, mas o corpo legislativo cubano, designado como Assembléia Nacional do Poder Popular, que controla a sucessão presidencial. As eleições são realizadas de cinco em cinco anos a nível municipal para designar os membros da Assembléia Nacional. Curiosamente ou não, o Chefe do Conselho (o presidente de Cuba) apresenta papel principal no sistema político cubano, tendo ele influencia praticamente “total” em relação ao corpo legislativo. Após o episódio de eleição a Assembléia Nacional volta a se reunir para votar e selecionar o futuro Chefe do Conselho de Estado cubano, o presidente do país. E vale destacar, que durante todo esse tempo o sistema eleitoral manteve a permanência dos irmãos Castro nas principais posições até então.

A estrutura governamental cubana, revela Bandeira (2008), possui um alto nível de institucionalização política, maioritariamente representada por três entidades políticas: a Assembleia Nacional do Poder Popular (NAPP), o Conselho de Estado e o Conselho de Ministros. Atualmente, Raul Castro atua como Presidente do Conselho de Estado cubano, Chefe do Conselho de Ministros e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas. Em Cuba, não existe uma clara divisão de poderes entre os poderes executivo, legislativo e judiciário do governo, e a Constituição cubana atribui o poder supremo ao Conselho de Estado quando a Assembléia Nacional não está em sessão.

Em Cuba o Supremo Tribunal do Poder Popular é o mais alto tribunal judiciário, uma entidade com perfil independente. Ele está subordinado à Assembleia Nacional, que é o Conselho de Estado. Como consequência, o Conselho de Estado também serve de judiciário, e como o Chefe do Conselho de Estado, Raúl possui autonomia absoluta para executar o aparelho de segurança do Estado. Resumindo, todo o mecanismo de segurança do Estado é apoiado por um sistema judiciário que sempre está subordinado ao Chefe do Conselho de Estado cubano, Raúl Castro. O Estado cubano apresenta carácter monopolista em todos os âmbitos.

Em âmbito econômico, examinado principalmente no segundo capítulo desse trabalho, Cuba segue uma abordagem socialista à vista do desenvolvimento econômico, o Estado tem a

maior parte dos meios de produção e possui um controle rígido de muitas facetas da economia. Atualmente, o Estado possui a maioria das empresas na ilha e emprega mais de 90% da força de trabalho, as principais fontes de capital do governo incluem impostos, remessas, o turismo e a exportação de açúcar e do níquel. Além disso, a presença de capital estrangeiro ainda permanece restrita a poucos setores como mineração, tecnologia e extração de petróleo.

Em análise geral, também é interessante refletir que todos os regimes autoritários ocorridos até os dias atuais apresentam fracasso em cumprir as promessas de desenvolvimento econômico nos seus determinados Estados. Ainda no regime de Fidel, foi prometido melhorar a condição de igualdade econômica com a elevação dos salários, redistribuição de terra e redução de aluguéis, visto na análise trazida do ponto 2.1 e 2.2 desse mesmo trabalho. As expectativas dos cidadãos, relacionadas aos fatores econômicos não correspondidos, poderia dificultar a estabilidade do governo, porém o regime dos irmãos Castro segue firme e forte por mais de cinco décadas, mesmo mostrando uma contínua irregularidade e variações no cenário econômico ao longo dos anos. A possibilidade de que fatores econômicos representar uma ameaça para a estabilidade política decorrente da formação de uma oposição forte parece improvável.

No início dos anos 90, relata Bandeira (2008, p. 641), “Cuba perdeu a maior parte do seu comércio exterior e, sobretudo, suas fontes de financiamento externo, restando sob a ameaça de ser economicamente asfixiada”. O governo cubano foi forçado a aliviar a escassez de alimentos, bens de consumo e serviços, abrindo gradualmente a economia para investidores estrangeiros, decorrente principalmente da dependência de insumos vindos da URSS, em que nesse período apresentava-se em colapso. Fidel, como estratégia, utilizou uma pequena liberalização do mercado para exercer níveis ainda maiores de uma possível alavancagem estatal. Bandeira (1998) examina que embora Cuba tenha faltado uma certa base para desenvolver uma economia capaz de proporcionar empregos e riqueza para seu povo, desenvolveu um Estado capaz de controlar o surgimento de movimentos divergentes, se adaptando as presentes circunstâncias.

A crise financeira mundial ocorrida no começo do século XXI, representou uma ameaça à estabilidade do regime de Castro, considerando o fato de que Cuba já importava boa parte dos alimentos fornecidos aos seus cidadãos. Poucos meses depois, Raúl Castro lançou uma consulta nacional para avaliar possíveis soluções para a crise, tentando identificar mecanismos para aliviar os efeitos econômicos da crise, e para aliviar uma possível instabilidade política e social. Bandeira (2008, p. 705) ressalta que,

Raul Castro continuou a manejar com elevado grau de pragmatismo as relações exteriores de Cuba. Além de retomar as negociações com a União Europeia, mostrou-se disposto a manter um entendimento com os EUA nos discursos que fez durante a celebração da criação das Forças Armadas Revolucionárias (FAR).

A FAR, Forças Armadas Revolucionárias Cubanas, é a base militar de Raul Castro, e controla pouco mais da metade da economia por meio da administração de empresas estatais em setores econômicos importantes, é considerada como a instituição mais poderosa do atual regime. Ela possui autoridade sobre os principais instrumentos do regime, como o Partido Comunista e a Assembléia Nacional do Partido Popular Poder. As forças armadas apresentam-se em posição de fortalecimento da estabilidade do regime. Para Carvalho (2015) o poder do regime autoritário de partido único cubano depende também de um conjunto de instituições, como por exemplo a Constituição, a Assembléia Nacional do Poder Popular (NAPP), o Conselho de Estado, o Conselho de Ministros, o Supremo Tribunal Popular, Os Comitês para a Defesa da Revolução e outras organizações de massa como a Federação das Mulheres Cubanas e a Liga dos Jovens Comunistas.

Em um anúncio de Raul Castro ao jornal Granma sobre a eliminação, em caráter experimental, de canteiros de ministérios subsidiados não representa apenas uma tentativa de melhorar os saldos orçamentários econômicos e promover as empresas independentes, mas ele visava também marcar o primeiro passo para afastar os esforços para simular um "novo homem" em Cuba. Os funcionários receberiam em troca 15 pesos cubanos em compensação, visto que o governo justifica o fim de grampos livres argumentando a necessidade de criar incentivos para aumentar os salários e, como previamente já analisado, a produtividade.

Esse sinal de mudança pode ser reforçado pela recente distribuição de licenças que permite a utilização de carros particulares como táxis e a atribuição de terras agrícolas ociosas aos agricultores. Estas iniciativas não só beneficiam os rendimentos das famílias e as contas fiscais, mas também sugerem uma possibilidade de mudanças econômicas, porém Cuba ainda segue com um perfil de subsistência econômica. A sobrevivência da economia controlada pelo Estado cubano, depende da aliança entre Cuba e Venezuela, como já debatido, em troca de receber petróleo a preços subsidiados o governo cubano enviou médicos para a Venezuela.

Algumas especulações revelam que Raúl Castro está re-exportando este óleo livre a preços de mercado internacionais, gerando receitas sem esforço que são essenciais no funcionamento da economia. Embora o país se beneficie sem dúvida do acordo, a dependência da Venezuela nas importações de petróleo continuará a representar uma ameaça

não só para as finanças públicas, mas também para a estabilidade do regime de Castro, lembrando do que já ocorreu em relação a sua dependência de subsídios vindos por parte do governo soviético.

Cuba apresenta o perfil de um Estado com dominação ampla no setor industrial e de serviços, fixa preços para bens e serviços e subsidia a maior parte da economia. Deve levar-se em conta que isso pode mudar em um futuro próximo, já que Raul Castro está lentamente descentralizando a economia, dando às empresas estatais mais autonomia. O Estado mantém controles rígidos de capital e de mercado e impede o funcionamento regular de bancos estrangeiros. Outra característica é que o Estado impõe severas regulamentações de trabalho que dificultam o crescimento do emprego e da produtividade, ele também aplica regras complexas que dificultam a entrada de investimento estrangeiro e o estabelecimento de companhias. Porém, segundo Bandeira (2008, p.707) em 2009, “Raul declarou que a prioridade era aumentar a produção de alimentos. Ele prometeu introduzir na agricultura mudanças estruturais e de conceitos necessários, estimulando o trabalho dos camponeses, a fim de aumentar a produtividade e reduzir a importação de alimentos”

A Constituição cubana ressalta os princípios fundamentais determinados no regime de Fidel, visto previamente no primeiro capítulo desse trabalho. A constituição original de 1976 determina ao Estado o direito de organizar e controlar a estratégia econômica da nação, visando atender aos cidadãos o acesso à saúde e à educação, exige que os pais repassem valores socialistas aos filhos e reconheça a existência de apenas um partido político no país, o Partido Comunista de Cuba. A Constituição foi modificada para defender a Revolução e revista no ano de 92 em busca de respostas à crise econômica desencadeada pela dissolução da União Soviética, reconhecendo o direito dos cidadãos "a lutar por todos os meios, incluindo a luta armada, contra qualquer um que tente derrubar a ordem política, social e econômica estabelecida nesta Constituição”.

A Assembleia Nacional do Poder Popular representa a autoridade legislativa e constituinte no sistema político cubano. Ela é um parlamento unicameral, onde os membros se reúnem cerca de duas vezes por ano e são eleitos em processos eleitorais de distrito único a cada cinco anos, debatido anteriormente, também tem o poder de revisar a Constituição, aprovar ou não os planos de desenvolvimento econômico, e modificar as políticas interna e externa do Estado. Elege tanto o Conselho de Estado, como o Chefe, o presidente. Nos momentos em que a Assembleia Nacional não está em sessão, o que é a maior parte do tempo, o Conselho de Estado tem a autoridade para exercer o poder legislativo, porém submete-se a aprovação da Assembleia Nacional.

Outra instituição anteriormente citado é o Conselho de Ministros, o mais alto órgão executivo, é responsável pela implementação das políticas ditadas pela Assembleia Nacional, o Conselho de Ministros é considerado como o real governo de Cuba. Tendo o sistema judiciário de Cuba subordinado à Assembleia Nacional, e de certa maneira ao Conselho de Estado, o presidente Raúl Castro possui o controle total do sistema judiciário.

Os Comitês de Defesa da Revolução defendem o Estado contra os "inimigos" ideológicos através da intimidação e repressão. Todo militante do partido comunista tem que ser afiliado a um comitê local, eles exercem a função de reforçar a vigilância do comportamento anti-social. E por fim, existe também organizações de massa como a Federação das Mulheres Cubanas e a Liga dos Jovens Comunistas, mesmo que não conduzam para uma real participação por parte da população na vida política do país, essas organizações representam mecanismos onde determinados interesses nacionais podem ser incorporados à defesa da sociedade socialista.

O Partido Comunista, usa essas organizações para exercer controle sobre a sociedade. A Liga Jovem Comunista tem laços estreitos com o regime político, o governo cubano tenta inculcar valores socialistas nas novas gerações de jovens. A Liga tem o reconhecimento e a ajuda do Estado em seu principal dever que é de exercer o papel de promoção da participação ativa dos jovens na construção do socialismo.

Brevemente abordado no início do trabalho, discorreremos o estabelecimento de uma estrutura única aos 3 partidos estabelecidos por Fidel, mas sem o sucesso ou crescimento da ORI e PURS, cria-se o PCC e se constitui o primeiro Comitê Central. A partir desse momento leva-se em conta que não existe pluralismo político em Cuba, já que o próprio Partido Comunista é constitucionalmente reconhecido como o único partido político legal. O Partido Comunista de Cuba, orientado pelas ideias de Martí e do marxismo-leninismo, é o polo de força mais importante da sociedade e do Estado cubano, e é responsável por orientar na construção do socialismo e do progresso voltado em direção a uma sociedade comunista.

O partido está enraizado em todos os âmbitos em que governo "opera", ou seja, ele acaba adquirindo controle completo para moldar todos os aspectos da vida cubana. É interessante essa característica em que o PCC acaba participando na formação de políticas que envolve desde a saúde e educação, à assembleia política. Como visto previamente, Fidel Castro é o primeiro secretário do Partido Comunista mas decorrente ao seu estado físico fraco, foi repassado em 2008 a liderança do partido para seu irmão Raúl Castro.

Em Cuba o governo apresenta uma influencia no que se é divulgado, o Partido Comunista também desempenha um papel central na manipulação do papel da mídia, ou seja,

ele acaba moldando a opinião pública da sociedade cubana beneficiando ao governo vigente. Visa evitar a publicação de propaganda anti-governo, e como já discutido ele penaliza os jornalistas contrários, mantendo um governo repressivo e de controle total sobre a imprensa. Como era de se esperar, o Estado utiliza desse mecanismo de comunicação para promover a sua imagem e moldar aos seus interesses e ideologia, em Cuba somente é permitido a divulgação de publicações comunistas. Os principais jornais nacionais da ilha são o Granma e Juventude Rebelde, junto com as publicações do PCC e da Liga Jovem Comunista de Cuba.

4.2 Cuba e EUA - Uma desavença interminável?

É importante reforçar a ideia de que desde a Revolução Cubana em 1959, o governo cubano vem sofrendo constante pressão para converter o seu atual sistema político em uma democracia multipartidária. A pressão realizada pelo bloqueio econômico conduzida pelos EUA, visava exatamente o enfraquecimento do perfil socialista adotado pelo Estado de Cuba por acarretar na diminuição de mercado. A comunidade internacional estava convencida que iria ocorrer uma transição democrática pacífica, porém o líder cubano Fidel Castro não deixou com que essas influências no plano econômico o fizessem mudar de ideia, e o seu perfil anti-imperialista falava mais alto. Suas desavenças com o governo norte americano sem dúvida fortaleceram a aceitação de que Cuba tinha que seguir um caminho socialista guiado pelo PCC, e Fidel, com seu poder revolucionário carismático mostrou ser mais forte por continuar a decidir sobre o sistema político do país.

O bloqueio comercial, econômico e financeiro liderado pelos Estados Unidos contra Cuba acabou acarretando para que Fidel Castro formulasse medidas visando adaptar o Estado cubano isolado para lidar com a nova realidade. No início da década de 90, foi fortemente acreditado por diversos estudiosos e economistas que após a dissolução da União Soviética, que representava 21% do Produto Nacional Bruto de Cuba, Cuba iria se “desfazer” desse perfil de Estado comunista. É discorrido na análise administrativa do ponto 2.3 a remodelação do país que Fidel faz para tentar reverter essa situação por ser totalmente dependente dos subsídios da URSS, ordenando uma leve e “gradual” abertura da economia cubana. Também como forma de adaptação para essa nova realidade, o líder cubano estreita laços com a China e a Venezuela, que de certa forma veio mantendo “estabilidade” ao regime.

Bandeira (2008) ressalta a ideia de que a liberalização política só poderia ser alcançada se a mudança se originasse dentro do governo. Essa pressão internacional contínua sendo insuficiente para a mudança de perfil do governo, e também é defendido por diversos autores que a resistência desse regime acaba alimentando-se da própria pressão internacional, já que a cada acontecimento que visa a decaída desse regime mostra-se uma nova maneira instituída pelo governo de Cuba em se adaptar e se “reconstituir”.

A transição do poder de Fidel para o seu irmão Raul Castro e a crise financeira mundial ocorridas no mesmo período, pareceu subestimar à subsistência do regime. Tanto Barack Obama (2009-2017) se mostrou disposto em conversar com o presidente Raul Castro,

sem precondições, quanto Raul, e também Fidel, se posicionaram a favor de encontrar-se com o presidente americano.

Possibilidade havia de que Barack Obama, como presidente, buscase melhorar o relacionamento entre os Estados Unidos e Cuba, tomando algumas iniciativas, como facilitar as viagens dos cubanos residentes nos Estados Unidos e remover restrições a certos negócios e a remessa de dinheiro dos exilados para suas famílias na ilha. Contudo, pelo menos por algum tempo, não suspenderia todo o embargo comercial nem se empenharia para revogar a Lei Hems-Burton, portanto tais decisões dependeriam de aprovação do Congresso e a elas se opunham fortes setores da comunidade cubano-americana, com peso político-eleitoral e enorme influência na administração de Washington. (BANDEIRA, 2008, p. 717)

Raúl lançou uma consulta nacional para avaliar como “superar” os problemas econômicos produzidos pela crise financeira mundial, e como visto, iniciou uma série de programas e reformas econômicas visando desenvolver a economia cubana, porém limitou-se ao contínuo estágio de subsistência. É notável que esse episódio também não se apresenta como uma ameaça significativa para o sistema político vigente. O sistema de governo cubano responde apenas a opiniões domésticas, e enquanto os atores domésticos não estiverem estimulados a alterar o status político de Cuba, o país continuará com seu sistema político atual. A pressão internacional não desempenha relevância na formulação do sistema político da ilha. Bandeira ainda ressalta, ao fim de 2008,

As modificações no modelo de socialismo estalinista, configurado pela completa estatização dos meios de produção e pela supressão da democracia política, foram impulsionadas pelo presidente Raul Castro, ao abrir ainda mais o mercado e distender os marcos políticos do regime, embora mantivesse o Estado, como instância superior de comando e organização da sociedade, sob o controle do Partido Comunista. (BANDEIRA, 2008, P. 721)

A sobrevivência do referencial comunismo político em Cuba demonstrou que não dependia apenas do líder Fidel Castro, sua influência acabou se disseminando para toda a população em geral. Este trabalho trouxe uma análise das características dos atores mais importantes na política cubana e como elas se interagem, trazendo também uma análise no plano econômico ao longo dos anos. Ao longo dos últimos cinquenta anos, o regime cubano passou por pesadas sanções dos Estados Unidos desde o início do bloqueio, pela dissolução da União Soviética no início e por uma tendência global de democratização a partir da década de 1970. O regime tem procurado sobreviver com sua visão de construir e defender um Estado socialista, e vimos que o desenvolvimento das instituições criadas dentro do governo cubano fortaleceu a permanência dos irmãos Castro no poder.

Atualmente, o Estado autoritário cubano de partido único exibe um alto grau de influência sobre todos os aspectos da sociedade cubana. Não existe uma distinção clara entre os poderes judiciário, legislativo e executivo do governo. Com a desculpa de proteger a segurança do Estado, o governo reduz a oposição através de medidas repressivas. No sistema político cubano Raúl Castro ocupa a presidência de todos os organismos, e a forma como as instituições políticas e militares são dirigidas é essencial para a estabilidade desse regime autoritário.

Pode-se estipular que os cubanos terão de viver sob um Estado de partido único autoritário durante muitos anos, já que nem as necessidades econômicas, nem a influência internacional convenceram os líderes cubanos a rever ou modificar sua visão na defesa de um Estado socialista cubano, mas ainda é uma abordagem a ser refletida. A falta de uma oposição forte não permitiu a expressão de opiniões divergentes, o futuro de Cuba não se apresenta nas mãos da maioria de seus cidadãos e sim vinculados na vontade dos líderes do Partido Comunista.

Costa (2015) analisa que em 2014,

Cuba abriu todos os setores, exceto defesa, saúde e educação, ao capital estrangeiro e de cooperativas. O governo também deu autonomia a cerca de 5 mil estatais para reter e reinvestir 50% de seu lucro líquido, vender excedentes de produção (a cooperativas e outras estatais) após cumprir os contratos com o Estado e decidir suas próprias políticas salariais. Liberou a compra e venda de automóveis novos e médicos começaram a ganhar extras por plantões noturnos. O perdão da maior parte da dívida com a Rússia e o México reduziu a pressão nas contas externas. A inauguração do porto de Mariel abriu caminho à criação de uma zona franca para receber investimentos estrangeiros em empresas exportadoras modernas. Continua a ser um desafio o projeto de unificação monetária, que acabaria com a dualidade (e desigualdade) criada desde 1993 entre a maioria e aqueles que têm acesso aos negócios com o turismo e exterior e ganham em “pesos conversíveis”.

A realidade cubana apresentada trata de uma esfera inconstante. Talvez, como levantado por Bandeira (2008), ainda presa naquela característica trazida por Fidel em “salvar as aparências”, resguardando o que essa revolução trouxe de construtivo para a sociedade cubana até então. O desenvolvimento requer uma mudança na estrutura em que essa política ainda se mantém vinculada, pressupondo melhores níveis de produtividade. Cuba refletiu diversas vezes características de um Estado protecionista, mas que se mantinha apto a adotar qualquer modelo de transformação que pudesse “estabilizar” a sua subsistência.

Também ressaltado por Bandeira (2008, p. 722), Cuba talvez “deveria assegurar um volume de investimentos, como a única garantia para um desenvolvimento sustentável, uma

vez que os recursos para investir eram insuficientes”. A responsabilidade refletida nesse aspecto seria a necessidade no planejamento de empreender, e não apenas em uma política que se mantém por garantir um perfil de mera sobrevivência. Os reflexos trazidos por adotar uma ideologia política singular as presentes em âmbito regional, vem se mantendo ao longo das décadas. Os fatores econômicos em sua contínua irregularidade podem dificultar a estabilidade do governo, assim como as práticas políticas em posição de inércia.

O cenário mundial em que vivemos hoje amplia essa ideia de uma redefinição de poder e autonomia. Wolkmer (2003, p. 30) discorre sobre o papel do Estado nos dias atuais,

A soberania do Estado para regular autonomamente a economia, com decisões orientadas pelo interesse nacional, foi drasticamente reduzida, senão anulada. Além disso, a sua representatividade e credibilidade foram afetadas, perdendo força para mediar os conflitos que emergem da globalização neoliberal.

Cuba tende a uma modificação estrutural em um futuro próximo. Ainda no governo de Raúl Castro, identificamos o lançamento de uma série de programas e reformas econômicas visando desenvolver a economia cubana, nota-se que a realidade cubana virá, ainda que de forma gradual, a modificar sua estrutura política vigente em prol ao desenvolvimento econômico. Sendo assim, decorrente de incentivos em políticas voltadas aos fatores econômicos, Cuba se aproxima a uma “transição” ao capitalismo, saindo dessa posição política de característica “cômoda”, garantida pela simples busca de uma estabilidade de subsistência.

Para que Cuba continue mantendo-se no mercado, sobrevivendo a ele, deve-se ampliar a sua política, e o governo cubano deve esforçar-se em desenvolver estratégias para superar essas irregularidades em seu cenário econômico, utilizando mecanismos que promovam esse desenvolvimento. Como abordado ao longo do trabalho, foi visto que, o atual representante do governo vigente, Raúl Castro, utiliza-se de ferramentas com características voltadas a uma política capitalista para a “estabilidade” de seu regime, como por exemplo a abertura de praticamente todos os setores ao capital estrangeiro e de cooperativas, deu também autonomia a diversas estatais para reter e reinvestir metade de seu lucro e vender excedentes de produção, e à criação de uma zona franca para receber investimentos estrangeiros.

Pode-se concluir, que Cuba ao investir, e talvez, ao iniciar uma modificação em seu perfil administrativo ganha tanto em termos econômicos, quanto no âmbito das relações internacionais. Esses ganhos atuam de forma que o país não apenas saia da margem em

garantir apenas uma estabilidade de subsistência, mas sim, em uma emersão no cenário internacional.

Ainda em junho de 2017, o presidente norte americano Donald Trump (2017) anuncia que irá reforçar o embargo contra Cuba, dificultando os negócios de empresas cubanas com os EUA, “cancelando” o acordo de reaproximação feito por Obama (2009-2017) em 2014. Para Trump essas restrições serão reforçadas até que se alcance “uma Cuba livre”, mas o governo cubano critica e defende a posição de que essa tentativa estabelecida pelo governo dos EUA é fracassada. Segue-se assim uma desavença interminável? Apenas a história poderá nos mostrar.

5 - Considerações finais

Este trabalho foi realizado a partir de uma análise sobre o sistema sociopolítico e, principalmente, sobre a esfera econômica de Cuba. Seguindo uma óptica de examinar o comportamento referente aos Estados que exerciam influência naquele período e ou que mantinham vínculos mais estreitos com o país caribenho. Decorrente disso, este trabalho explora sobre o regime cubano e analisa suas administrações ao longo das décadas, abordando suas capacidades estratégicas e seus reflexos mediante as circunstâncias. A discussão trazida ao longo do trabalho serviu para compreender as realidades que foram introduzidas nessa reconfiguração cubana, como consequência das oscilações no campo econômico sofridas pelos eventos políticos internacionais que se passava naquele período.

O primeiro capítulo, ao abordar inicialmente a proximidade do governo norte-americano com o de Cuba, ainda no período colonial, traz a imagem de uma certa influência política criada pelos EUA naquela região, decorrente de sua política expansionista e imperialista já em desenvolvimento. Ao longo do capítulo, analisa-se também o contexto que a política externa norte-americana passava (no pré e pós segunda Guerra Mundial), e abre um interessante diálogo sobre a teoria cepalina, embasando o problema do desenvolvimento nos países pobres. Já no final da primeira parte desse trabalho, se discute sobre a formação da dualidade no cenário internacional, a bipolarização, marco do início da Guerra Fria, com o surgimento da influência ideológica comunista em solo cubano através de sua simpatização por parte do líder Fidel Castro, na formação de sua consciência revolucionária.

Indaga ainda, a questão de ser uma ditadura se a participação da população foi crucial na implementação desse sistema, iniciando um dilema referido a legitimidade do regime, uma análise da disseminação dessa ideologia comunista defendida e vestida pelo líder Fidel, e posteriormente adaptada aos moldes da sociedade, ou seria a sociedade adaptada aos moldes dessa ideologia? Um ponto que deve ser levado em conta. Abre-se aí, uma vertente para se explorar no futuro, o questionamento se o próprio Fidel Castro não assumiu um papel de líder carismático weberiano, considerando que a realidade sobre qual refletia Weber era bem distinta da cubana.

A segunda parte do trabalho foi engajada para uma análise econômica do que se passou durante o regime, ao longo das décadas. Não só a economia cubana foi analisada, mas

também o cenário político-econômico norte-americano e o soviético, que foram analisados de forma secundária. Deixando em aberto o esforço para um melhor aprofundamento em algo que pode ser abordado em futuros trabalhos, e que, não foi tratado e detalhado aqui por não ser o foco deste trabalho. Outra percepção que chamou atenção desde o primeiro capítulo foi a construção do personagem Fidel como líder de característica carismática, e utilizando esse perfil para estimular e assegurar o seu governo em Cuba. Ao fim do segundo capítulo, é examinado os desequilíbrios no âmbito do mercado externo e de produção passado por Cuba, no contexto da dissolução de seu principal “beneficiador”, a União Soviética. E aborda brevemente, sobre a substituição de Fidel Castro pelo seu irmão junto com a análise das medidas tomadas por Raúl nesse período, que se aproxima à uma lógica capitalista.

O terceiro e último capítulo leva a discussão sobre os atuais esforços da reforma de Raúl Castro como uma tentativa de consolidar a versão de Cuba em uma economia de subsistência, mas desta vez sem depender de subsídios externos, como os recebidos da Venezuela desde o início dos anos 2000. Leva-se em conta o papel das instituições cubanas e as influências internacionais na época, e suas principais práticas em âmbito sócioeconômico ao longo do regime. O governo dos irmãos Castro sofreu e ainda vem sofrendo deficiências com o embargo imposto pelos Estados Unidos. E que em pleno âmbito das relações internacionais, os EUA, utilizaram o seu poder de influência para impedir que outros países e empresas mantivessem qualquer tipo de relacionamento comercial com Cuba. Em virtude disso, a população sofre consequências diante o afastamento com a globalização, visto que, esse cenário é considerado como o momento principal de aquecimento das transações globais, havendo uma concorrência acirrada por novos mercados, e, com isso, desenvolvendo mercados mais exigentes.

Em síntese, tendo em vista este novo cenário das Relações Internacionais, o que se pretendeu através deste trabalho não foi afirmar uma interminável instabilidade no plano de desenvolvimento econômico cubano visando a estabilidade do sistema administrativo dificultada pelas conseqüentes divergências políticas no cenário internacional, e sim, ajudar a compreender a capacidade de que o governo cubano teve e veio se mantendo para suportar e enfrentar crises, ou até mesmo, influências internacionais que visam a sua derrocada. O trabalho referente a compreensão dos reflexos tidos em Cuba, entrega para análise das Relações Internacionais a abordagem sobre a soberania do Estado, suas políticas utilizadas em meio sócioeconômico, no contexto de uma possível transição para o capitalismo.

É necessário incentivar estudos mais aprofundados em análises de sistemas políticos “conturbados”, que contam com um carácter revolucionário, por exemplo. Destacando-se a preocupação não só no cenário econômico, que mostra estar entrelaçado com as influências políticas, mas com o aspecto cultural, pois sua influência veste uma ideologia que se assemelha ao que é tipificado como nacional. Essa tipificação estaria relacionada a representação do que se passa naquela sociedade, podem ter sido geradas por qualquer tipo de carência no âmbito nacional, ou divergência de concepções e até mesmo de influências externas. Essa concepção realizada através desse estudo, contribuiu na compreensão das conseqüências, principalmente em esferas econômicas e sociais, do que já ocorreu, ou se tornará apoio em prevenir com que determinadas situações não ocorram mais. Assim, este trabalho veio para colaborar em diminuir as lacunas existentes quanto à deficiência de estudos sobre os reflexos tanto políticos, quanto sociais e econômicos do comunismo na realidade cubana. Além de reforçar um melhor aprofundamento dos estudos das relações internacionais em Cuba.

Referências bibliográficas

- AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina. A construção da hegemonia**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- AZAMBUJA, Carlos I. S. **Saiba como funciona o racionamento de alimentos no socialismo real**. Publicado em 30 de dezembro de 2014. Disponível em: <<https://www.epochtimes.com.br/saiba-como-funciona-acionamento-alimentos-socialismo-real/#.WT0iH2QrLx4>> Acesso em: 07 de junho de 2017.
- CAMPOS, Gabriela I. R. V. **O desenvolvimento econômico em países em desenvolvimento: estruturalismo na América Latina**. C@LEA – Revista Cadernos de Aulas do LEA, Ilhéus, n. 2, p. 55 – 65, nov. 2013. Disponível em: < http://www.uesc.br/-revistas/calea/edicoes/rev2_5.pdf> Acesso em: 12 de maio de 2017
- CANO, Wilson. **Soberania e política econômica na América Latina**. Havana. Ciencias Sociales, 2007.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias, NAKATANI, Paulo. **CUBA: socialismo de mercado ou planificação socialista?** VI Encontro Nacional de Economia Política, realizado em São Paulo de 12 a 15 de junho de 2001. Disponível em: < <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/-index.php/rppublica/article/view/3791/1887>>. Acesso em: 11 de junho de 2017.
- CARVALHO, Vanderlei S. As diferentes definições de Estado segundo alguns pensadores Publicado em 2015. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/248346739/AS-DIFERENTES-DEFINICOES-DE-ESTADO-SEGUNDO-ALGUNS-PENSADORES>> Acesso em: 02 de junho de 2017.
- COLISTETE, Renato Perim. **O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil** – Publicado em 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-4014200100010000-4> Acesso em 20 de fevereiro de 2017.
- COSTA, Antonio Luiz M. **Cuba e EUA: distensão e perestroika**. Publicado em 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/833/distensao-e-perestroika-no-caribe-7485.html>> Acesso em: 02 de junho de 2017.
- FURTADO, Celso. **A economia latino-americana**. SP, Companhia Editora Nacional, 1976.
- HARNECKER, Marta. **FIDEL: LA ESTRATEGIA POLÍTICA DE LA VICTORIA**, 1999. Disponível em: <<https://www.rebellion.org/docs/89864.pdf>> Acesso em: 24 de fevereiro de 2017.

MARTINEZ, Jorge Hernández. **Antología del pensamiento crítico cubano contemporáneo**. Buenos Aires. CLACSO, 2015.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. De Martí a Fidel. **A Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MORRONE, Priscila. **A Fundação Nacional cubano-americana (FNCA) na Política externa dos Estados Unidos para Cuba**. 2008. Dissertação (Mestrado). (UNESP/UNICAMP/PUC-SP) Programa San Tiago Dantas, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/96285>> Acesso em: 15 de abril de 2017.

PECEQUILO, C. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000300005> Acesso em 04 de março de 2017.

SADER, Emir. **Cuba: Um Socialismo em Construção**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

SÁNCHEZ, Tirso W. **Cuba: pesquisa científica e inovação tecnológica, 2000**. Disponível em :<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452000000100010> Acesso em: 07 de junho de 2017.

SELL, Carlos Eduardo. **A Liderança Carismática: sobre o caráter político do populismo** - Editora Vozes, 2013. Disponível em:<<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/viewFile/2103/1833>>. Acesso em: 10 de junho de 2017.

WOLKMER, Maria de Fátima. **CIDADANIA COSMOPOLITA, ÉTICA INTERCULTURAL E GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL**- Publicado em 2003. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/viewFile/15290/13893>> Acesso em: 11 de junho de 2017.

